

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	7
5.4 - Programa de Integridade	9
5.5 - Alterações significativas	11
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	15

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	16
10.2 - Resultado operacional e financeiro	41
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	44
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	45
10.5 - Políticas contábeis críticas	46
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	51
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	52
10.8 - Plano de Negócios	53
10.9 - Outros fatores com influência relevante	55

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos para os riscos mencionados no item 4.1.

A Companhia entende que as práticas e os controles internos por ela adotados para gerenciamento de riscos são eficientes e adequados, não havendo, portanto, necessidade de uma política formalizada para este fim.

Dentre estes controles, destacamos as seguintes políticas adotadas pela Companhia:

1) Política de Contábeis e de Auditoria. A Companhia possui um Comitê de Auditoria Estatutário ("Comitê de Auditoria Estatutário"), responsável pelas Políticas Contábeis e de Auditoria da Companhia. Tais políticas objetivam, entre outros, a revisão dos processos de controle da Companhia, a avaliação da eficácia dos controles internos e o acompanhamento das questões de Compliance da Companhia.

2) Políticas da Segurança da Informação. Com o objetivo de proteger, zelar e garantir as informações de sua propriedade ou sob sua custódia, a Companhia possui uma Política da Segurança da Informação, elaborada pelo Departamento de Segurança da Informação e aprovada pelo Diretor Presidente da Companhia. Essa política busca assegurar a integridade e a segurança das informações corporativas para suporte à tomada de decisão e operação dos processos de negócios, buscando a melhor relação entre inovação, custo e eficácia operacional, através de soluções de sistemas. Essa política consiste em um conjunto formal de regras que devem ser seguidas pelos usuários dos recursos da Companhia.

3) Política de Ética. A Companhia possui um Código de Ética que objetiva servir como guia prático de conduta pessoal e profissional, a ser utilizado por todos os colaboradores em suas interações e decisões diárias no exercício de suas atribuições. Todas as pessoas ligadas à Companhia devem pautar a sua atuação em princípios éticos e nos valores estabelecidos no Código de ética, que refletem um padrão comportamental irrepreensível.

4) Política Financeira. A Companhia possui um Comitê de Política Financeira que é um órgão de apoio ao Conselho de Administração, com as seguintes funções e responsabilidades: (a) Revisar e adotar medidas de proteção ao fluxo de caixa, balanço, lucros e perdas contra a volatilidade de preços de combustível, taxas de câmbio, taxas de juros domésticas e internacionais da Companhia; (b) Avaliar periodicamente a efetividade de todas as medidas constantes do item (a) e recomendar alterações quando necessário; (c) Elaborar e aprovar as políticas de finanças corporativas da Companhia, bem como acompanhar e analisar a sua efetividade e implementação; (d) Analisar periodicamente o plano de investimentos e plano de finanças da Companhia, bem como recomendar as operações necessárias ao Conselho de Administração; (e) Analisar periodicamente o impacto do plano de investimentos e do plano de financiamento na estrutura de capital da Companhia e suas consequências nos resultados da Companhia, bem como recomendar as alterações necessárias ao Conselho de Administração; e (f) Estabelecer parâmetros para manutenção da estrutura de capital e liquidez desejadas, além de monitorar sua aplicação e aprovar as políticas a serem utilizadas no trimestre subsequente.

5) Política de Riscos Financeiros. A Companhia possui um Comitê de Políticas de Riscos que é um órgão de apoio ao Conselho de Administração, com as seguintes funções e responsabilidades: (a) Elaborar e aprovar as políticas de riscos financeiros da Companhia, bem como acompanhar e analisar a sua implementação, quando aplicável; (b) Analisar periodicamente os impactos dos ativos, especialmente no que corresponde a movimentos do dólar e combustível, bem como recomendar as operações necessárias ao Conselho de Administração; (c) Analisar periodicamente as receitas e despesas da Companhia, com foco no impacto causado nos resultados, e recomendar as alterações necessárias ao Conselho de Administração; e (e) Elaborar, aprovar e avaliar as políticas de risco utilizadas pela Companhia no curto e longo prazo, aprovar as políticas a serem utilizadas e fazer o respectivo monitoramento, quando aplicável.

6) Política de Gestão de Pessoas e Governança Corporativa. A Companhia possui um Comitê de Governança Corporativa e Políticas de Gestão de Pessoas que é responsável pela coordenação, implementação e revisão periódica das melhores práticas de governança corporativa e por monitorar e manter nosso Conselho de Administração informado acerca da legislação e das recomendações do mercado em relação à governança corporativa. Também revisa e recomenda ao nosso Conselho de Administração as políticas de recursos humanos, as formas de remuneração a serem pagas aos funcionários, incluindo salário, bônus e opções de compra de ações e analisa os planos de carreira e de sucessão para a administração.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

O objetivo das políticas adotadas pela Companhia é o de fornecer e indicar as diretrizes, responsabilidades, mecanismos e procedimentos internos para a gestão de fatores de riscos inerentes aos negócios da Companhia, de maneira a monitorar e mitigar tais riscos de forma eficaz.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Riscos inerentes à Companhia, ao cenário macroeconômico e setorial, bem como relacionados a questões de segurança e integridade da informação, a novas leis e regulamentações, aumentos de tributos incidentes e de compliance, surgem no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia analisa estes riscos e define estratégias para gerenciar o impacto sobre seu desempenho, em consonância com suas políticas.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

As políticas adotadas pela Companhia para mitigação de riscos são implementadas por meio dos seguintes instrumentos:

Áreas de Auditoria Interna, Riscos e Compliance e/ou Controle Interno. A Companhia realiza auditorias internas, supervisionadas por seu Comitê de Auditoria Estatutário, tendo como objetivo, dentre outros, (i) revisar os processos de controle da Companhia, identificando e apontando para o Conselho de Administração os assuntos críticos, riscos financeiros e regulatórios identificáveis; (ii) avaliar os sistemas de alerta prévia para riscos efetivos e potenciais; (iii) avaliar a eficácia dos controles internos da Companhia e recomendar mudanças, caso necessário; e (iv) acompanhar as questões de compliance da Companhia. Dessa forma, as auditorias visam detectar e remediar riscos em potencial ou irregularidades já ocorridas.

A Companhia criou no final de 2017 uma Diretoria específica para fortalecer as análises dos riscos corporativos e do Compliance, tendo como objetivo ampliar e fortalecer a governança da Companhia sob estes aspectos.

A área de Controles Internos continua atuando como apoio ao Process Owners na identificação, mitigação e monitoramento dos riscos transacionais.

Segurança da Informação. Tendo em vista que a informação é um dos principais ativos de competitividade da Companhia, esta possui uma Política de Segurança da Informação rigorosa, objetivando a confidencialidade em relação aos negócios, clientes, concorrentes, colaboradores, fornecedores e parceiros da Companhia. Por meio de um conjunto de regras formais, todos os funcionários e colaboradores da Companhia são orientados a manter qualquer informação como sigilosa e confidencial, por meio de um Termo de Confidencialidade assinado com a Companhia. Ademais, todos os colaboradores devem estar sempre atualizados em relação às respectivas políticas bem como seus procedimentos, buscando orientações de seu gestor ou da Gerência de Segurança da Informação quanto à aquisição, uso e/ou descarte de informações. Os ambientes e sistemas poderão ser monitorados, de forma a garantir a adequada utilização, uso e/ou descarte de informações.

Relacionamento com Terceiros. A Companhia adota práticas rígidas na negociação e administração de todas as atividades comerciais. Os parceiros de negócio e fornecedores da Companhia são respeitados e reconhecidos como importantes agentes entre os públicos de relacionamento com a Companhia. No processo de contratação, a Companhia evidencia as exigências para que todos os parceiros de negócio e fornecedores atendam à legislação vigente, com especial atenção para o cumprimento da legislação aplicável aos negócios da Companhia. De acordo com o Código de Ética, os colaboradores envolvidos no processo de seleção ou que se envolvam pessoalmente com fornecedores devem procurar seus superiores imediatos para comunicar qualquer tipo de vínculo pessoal com empresas e/ou profissionais que prestem serviços à Companhia. Além disso, os colaboradores não podem receber propinas, pagamentos impróprios e doações de fornecedores em troca de concessão de vantagens comerciais ou benefícios bem como presentes que ultrapassem o valor de R\$200,00 (duzentos reais).

Relacionamento com os Órgãos Públicos. A Companhia mantém o mais alto nível de integridade na relação com representantes do governo, respeitando as prescrições morais de forma transparente, sendo que os órgãos governamentais recebem tratamento profissional e isento. Dessa forma, os colaboradores da Companhia são orientados a (i) não dar ou receber qualquer tipo de pagamento, seja em dinheiro, presentes, serviços ou qualquer benefício de valor com o objetivo de suborno ou tratamento especial; (ii) cumprir a legislação e não executar qualquer ação que viole as leis e regulamentos vigentes; e (iii) manter um relacionamento ético, transparente e de credibilidade com os órgãos governamentais.

Canal de Ética. A Companhia possui um Canal de Ética, tanto on-line quanto telefônico, destinado ao relato de violações ao Código de Ética e Conduta, bem como ao envio de críticas e sugestões para melhoria do Programa de Compliance da Companhia. As denúncias deste canal são recepcionadas por uma empresa externa e independente, que garante a integridade e sigilo absoluto dos relatos.

Política Financeira. A Companhia possui um Comitê de Política Financeira que realiza revisões periódicas das medidas que tomamos para nos proteger em relação a alterações na taxa de câmbio, preços de combustível e taxas de juros e analisa o efeito dessas alterações sobre nossas receitas e despesas, fluxo de caixa e balanço patrimonial. Também prepara e aprova nossas políticas financeiras corporativas, analisa sua eficiência e monitora sua implementação, examina periodicamente nossos planos de investimento e financiamento e faz recomendações a nosso Conselho de Administração, determina os parâmetros para a manutenção da liquidez e das estruturas de capital desejadas, monitora sua execução e aprova as políticas a serem adotadas no próximo trimestre, bem como recomenda as alterações necessárias ao Conselho de Administração.

Política de Riscos Financeiros. A Companhia possui um Comitê de Políticas de Riscos como um órgão de apoio ao Conselho de Administração que é responsável por (a) elaborar e aprovar as políticas de risco financeiro da Companhia, bem como acompanhar e analisar a sua implementação na Companhia, quando tais políticas de risco estão em vigor, (b) analisar periodicamente os impactos dos ativos, especialmente no que corresponde a movimentos do dólar e combustível, bem como recomendar as operações necessárias ao Conselho de Administração, (c) analisar periodicamente as receitas e despesas da Companhia, com foco no impacto causado nos resultados da Companhia, (d) recomendar as alterações necessárias ao Conselho de Administração e (e) elaborar, aprovar e avaliar as políticas de risco financeiro utilizadas pela Companhia no curto e longo prazo, além de aprovar as políticas a serem utilizadas e fazer o respectivo monitoramento, sempre que aplicável.

Gestão de Pessoas e Governança Corporativa. A Companhia possui um Comitê de Governança Corporativa e Políticas de Gestão de Pessoas, responsável por (a) assegurar as melhores práticas de Governança Corporativa e coordenar o processo de implementação de tais práticas; (b) Indicar possíveis candidatos ao Conselho de Administração, recomendar ao Conselho parâmetros para compensação dos executivos e planos de sucessão e revisar políticas de compensação para o corpo de funcionários; (c) Zelar pelo bom funcionamento do Conselho de Administração e pelo relacionamento deste com a Diretoria e com os acionistas; (d) Revisar periodicamente e recomendar as alterações necessárias nas práticas de Governança Corporativa adotadas pela Companhia; (e) Revisar periodicamente o Código de Ética da Companhia, assim como outros

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

documentos relacionados à Governança Corporativa; (f) Manter o Conselho de Administração informado e atualizado acerca das regulamentações e recomendações praticadas no mercado; (g) Elaborar perfis para os cargos do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia; (h) Apresentar, entrevistar e indicar, permanentemente, candidatos aos cargos do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia; e (i) Conferir, aprovar e acompanhar a implementação, certificação e manutenção dos requisitos estabelecidos pela Lei norte-americana Sarbanes-Oxley, assim como todos os requisitos exigidos pela legislação brasileira de direito societário e de mercado de capitais, bem como dos órgãos de fiscalização do mercado de valores mobiliários; (j) Criar e revisar periodicamente a Política de contratação da Companhia com suas partes relacionadas; (k) Revisar periodicamente e recomendar as políticas de gestão dos recursos humanos para o Conselho de Administração, acompanhando o desenvolvimento e seus principais indicadores; (l) Avaliar e recomendar investimentos no desenvolvimento de retenções de talentos e processos sucessórios na Companhia; (m) Acompanhar e validar as pesquisas de clima organizacional e remuneração comparativa do mercado; (n) Revisar e recomendar os programas de desenvolvimento de pessoas; (o) Acompanhar e validar o programa de avaliação de desempenho individual dos colaboradores; (p) Revisar e recomendar ao Conselho de Administração o salário, bônus, opções para compra de ações, políticas de remuneração e outros eventuais benefícios para os colaboradores da Companhia e verificar se estão de acordo com o mercado e com o desempenho dos colaboradores; (r) Revisar periodicamente e avaliar as mudanças no programa de outorga de opções da Companhia e fazer recomendações ao Conselho de Administração; e (s) Revisar o Plano de Metas e resultados da Companhia.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Conforme mencionado e já exposto nos itens acima, a Companhia adota uma estrutura organizacional integrada entre diferentes órgãos da administração e comitês da Companhia, que gerenciam e monitoram seus riscos de acordo com seus valores, princípios e diretrizes.

O Comitê de Ética, vinculado diretamente ao Comitê de Auditoria Estatutário, é composto por representantes das áreas de Recursos Humanos, Jurídico e por representante da área de Auditoria Interna e Compliance. Este Comitê é responsável por assumir e avaliar casos de violação do Código de Ética, resolver dúvidas e dilemas éticos, debater sobre dúvidas de interpretação do texto, estimular o comprometimento dos colaboradores com o Código de Ética e promover palestras e eventos de conscientização, envolvendo toda a empresa.

O Comitê de Auditoria Estatutário fica a cargo de monitorar e gerenciar as Políticas Contábeis e de Auditoria. Sendo assim, tal comitê é responsável por monitorar algumas das seguintes atividades: (i) revisar os processos de controle da Companhia, identificando e apontando para o Conselho de Administração os assuntos críticos, riscos financeiros e regulatórios identificáveis; (ii) avaliar os sistemas de alerta prévia para riscos efetivos e potenciais; (iii) avaliar a eficácia dos controles internos da Companhia e recomendar mudanças, caso necessário; (iv) acompanhar as questões de compliance da Companhia; (v) assistir o Conselho de Administração em assuntos relativos à Contabilidade, Controles Internos, Reportes Financeiros, de Auditoria e Compliance; e (vi) elaborar e aprovar as políticas de risco da companhia, bem como acompanhar e analisar a sua implementação na Companhia, quando aplicável.

Já a Diretoria de Tecnologia da Informação, tem como missão assegurar a integridade e a segurança das informações corporativas para suporte à tomada de decisão e operação dos processos de negócio, buscando a melhor relação entre inovação, custo e eficácia operacional, através de soluções de sistemas. Sua estrutura organizacional atende as áreas de negócios da Companhia e o suporte a infraestrutura da tecnologia da informação. As práticas adotadas pela Diretoria de Tecnologia da Informação estão alinhadas com o framework internacional de TI adotado – o COBIT – Control Objectives for Information and Related Technology.

O Comitê de Políticas de Risco é composto por até 4 (quatro) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, que ocupem ou não outro cargo na administração da Companhia (Diretoria ou Conselho de Administração), os quais serão eleitos para mandatos de 1 (um) ano, com direito à reeleição. O Comitê de Políticas de Risco reunir-se-á ordinariamente a cada mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Secretário, por iniciativa própria ou solicitação de qualquer dos demais integrantes do referido Comitê.

O Comitê de Política Financeira é composto por 5 (cinco) membros fixos, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo estes (i) o Diretor Presidente da Companhia, (ii) 3 (três) membros do Conselho de Administração da Companhia, e (iii) o Diretor Vice-Presidente Financeiro (CFO) da Companhia, os quais serão eleitos para mandatos de 1 (um) ano, com direito à reeleição. O Comitê de Política Financeira reunir-se-á ordinariamente a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Secretário, por iniciativa própria ou solicitação de qualquer dos demais integrantes do referido Comitê.

O Comitê de Governança Corporativa e Políticas de Gestão de Pessoas é composto por, até, 6 (seis) integrantes eleitos pelo Conselho de Administração, sendo ao menos, como membro efetivos, o Presidente do Conselho de Administração e dois Conselheiros e, como membros técnicos especiais, 2 especialistas externos e, eleitos para mandatos de 1 (um) ano, com direito à reeleição.

Subcomitê de Políticas Contábeis, Tributárias e de Demonstrações Financeiras. O Subcomitê de Políticas Contábeis, Tributárias e de Demonstrações Financeiras realiza revisões periódicas, avalia e monitora as nossas políticas e demonstrações contábeis e faz observações e recomendações sobre essas questões ao Conselho de Administração.

O Subcomitê se reúne trimestralmente e é composto por 3 (três) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo estes: o Diretor Vice-Presidente Financeiro da Companhia ou um Diretor com função equivalente e 2 (dois) especialistas externos, como membros técnicos especiais, para mandato de 1 (um) ano, com direito à reeleição. Atualmente, o Comitê é composto pela Sra. Valdenise dos Santos Menezes, Marcos da Cunha Carneiro e Natan Szuster.

Por fim, é importante ressaltar que os trabalhos nas mais diversas áreas da Companhia passam por testes para avaliação dos controles internos. Como resultado, as questões relevantes são discutidas com as áreas responsáveis, com o

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

posterior registro em relatório e reporte à Diretoria Executiva. A depender da gravidade do assunto, algumas questões são oportunamente apresentadas ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração para a tomada de decisões.

c. adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A verificação da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos e controles é feita por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, cuja missão é assegurar conjuntamente a integridade, adequação e a eficácia dos controles internos.

O Comitê de Ética também avalia regularmente a aplicabilidade do Código de Ética e Conduta da Companhia a fim de aprimorá-lo caso identifique novos riscos atrelados às atividades desenvolvidas por seus colaboradores.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui dois Comitês de gerenciamento de riscos para os riscos mencionados no item 4.2. sendo estes:

Comitê de Políticas de Risco aprovado pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2012;

Comitê de Política Financeira aprovado pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2012.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

O objetivo da política de gerenciamento de riscos de mercado é promover a identificação, análise, mitigação e remediação de tais riscos no que diz respeito ao negócio da Companhia. A Companhia estima que a gestão de riscos de mercado seja essencial para o êxito em seus objetivos. Para atingir tal objetivo, a Companhia possui dois comitês especializados, conforme descritos a seguir.

O Comitê de Política Financeira é um órgão de apoio ao Conselho de Administração e possui as seguintes funções e responsabilidades: (a) Revisar e adotar medidas de proteção ao fluxo de caixa, balanço, lucros e perdas contra a volatilidade de preços de combustível, taxas de câmbio, taxas de juros domésticas e internacionais da Companhia; (b) Avaliar periodicamente a efetividade de todas as medidas constantes do item (a) e recomendar alterações quando necessário; (c) Elaborar e aprovar as políticas de finanças corporativas da Companhia, bem como acompanhar e analisar a sua efetividade e implementação; (d) Analisar periodicamente o plano de investimentos e plano de finanças da Companhia, bem como recomendar as operações necessárias ao Conselho de Administração; (e) Analisar periodicamente o impacto do plano de investimentos e do plano de financiamento na estrutura de capital da Companhia e suas consequências nos resultados da Companhia, bem como recomendar as alterações necessárias ao Conselho de Administração; e (f) Estabelecer parâmetros para manutenção da estrutura de capital e liquidez desejadas, além de monitorar sua aplicação e aprovar as políticas a serem utilizadas no trimestre subsequente.

O Comitê de Políticas de Risco é um órgão de apoio ao Conselho de Administração e possui as seguintes funções e responsabilidades: (a) Elaborar e aprovar as políticas de risco da Companhia, bem como acompanhar e analisar a sua implementação; (b) Analisar periodicamente os impactos dos ativos, especialmente no que corresponde a movimentos do dólar e combustível, bem como recomendar as operações necessárias ao Conselho de Administração; (c) Analisar periodicamente as receitas e despesas da Companhia, com foco no impacto causado nos resultados, e recomendar as alterações necessárias ao Conselho de Administração; e (e) Elaborar, aprovar e avaliar as políticas de risco utilizadas pela Companhia no curto e longo prazo, e aprovar as políticas a serem utilizadas e fazer o respectivo monitoramento.

i. os riscos para os quais se busca proteção

- Taxa de câmbio de moedas estrangeiras;
- Preço do combustível de aviação;
- Taxa de juros.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

O uso de Derivativos está aprovado como instrumento de proteção e limitado a atividades de *hedge*, sendo proibidas as operações de caráter especulativo e estruturas que impliquem em posição vendida líquida (net vendida).

- Os instrumentos derivativos deverão ser listados em bolsas de mercadorias e/ou futuros, brasileiras ou internacionais, ou negociados no mercado balcão com contrapartes aprovadas pela Política da Companhia;
- Os derivativos negociados no ambiente balcão deverão ser contratados por cotação competitiva entre pelo menos 3 (três) contrapartes;
- Todos os instrumentos deverão ter preços transparentes em mercados públicos ou computáveis por modelos de conhecimento público;
- Aprovado um novo instrumento derivativo pelo Comitê de Riscos, este passará automaticamente a integrar a "Lista de Instrumentos Derivativos Aprovados para Hedge";
- Um fator de risco só pode ser hedgeado com um instrumento derivativo que tenha objeto diferente do fator se um estudo de efetividade demonstrar a correlação entre ambos.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia possui uma estrutura organizacional de controle e gerenciamento de riscos de mercado integrada entre os diversos órgãos da administração e comitês da Companhia. A Companhia acredita que essa estrutura integrada aumenta a capacidade da administração de identificar, avaliar, mitigar e controlar os riscos de mercado associados ao seu negócio.

Os Comitês de Políticas de Risco e de Política Financeira são órgãos subordinados ao Conselho de Administração, servindo exclusivamente para fornecer pareceres aos membros do Conselho, para que estes tomem as decisões que lhe são cabíveis na Companhia.

O Comitê de Políticas de Risco é composto por até 4 (quatro) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, que ocupem ou não outro cargo na administração da Companhia (Diretoria ou Conselho de Administração), os quais serão eleitos para mandatos de 1 (um) ano, com direito à reeleição. O Comitê de Políticas de Risco reunir-se-á ordinariamente, a

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

cada mês, e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Secretário, por iniciativa própria ou solicitação de qualquer dos demais integrantes do Comitê.

O Comitê de Política Financeira é composto por 5 (cinco) membros fixos, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo estes (i) o Diretor Presidente da Companhia, (ii) 3 (três) membros do Conselho de Administração da Companhia, e (iii) o Diretor Vice-Presidente Financeiro (CFO) da Companhia, os quais serão eleitos para mandatos de 1 (um) ano, com direito à reeleição. O Comitê de Política Financeira reunir-se-á ordinariamente a cada trimestre e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Secretário, por iniciativa própria ou solicitação de qualquer dos demais integrantes do Comitê.

A Companhia continuamente aperfeiçoa as suas atividades de gestão de riscos e não há mudanças significativas no negócio.

c. adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia considera que a estrutura operacional e controles internos adotados são adequados para o gerenciamento dos riscos aos quais está exposta, através da obrigatoriedade do monitoramento e reporte periódico, além do estabelecimento de níveis hierárquicos para a aprovação de eventuais Planos de Mitigação solicitados e aprovados conforme o julgamento do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho de Administração.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia acompanhou e monitorou a sua exposição conforme as referidas Políticas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Companhia implementou e mantém controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas razoável segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras, pautando-se, para tanto, em regras contábeis emitidas por órgãos e entidades nacionalmente reconhecidas, tais como os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração é responsável por estabelecer e manter controles internos eficazes sobre os relatórios financeiros. Nossos controles internos sobre os relatórios financeiros destinam-se a oferecer garantias razoáveis com relação à preparação e à apresentação adequada das demonstrações financeiras publicadas. Em virtude de suas limitações inerentes, o controle interno sobre os relatórios financeiros não poderá impedir ou detectar declarações inverídicas.

Para a avaliação dos seus controles internos, a administração utiliza os critérios e diretrizes estabelecidos pelo Comitê de Organizações de Patrocínio da Treadway Commission (Integrated Framework - 2013), ou COSO (The Committee of Sponsoring Organizations), em Controle Interno — Estrutura Integrada, de forma a aprimorar a performance e supervisão organizacional.

Tais critérios exigem uma documentação completa dos processos, políticas, sistemas, riscos e controles inerentes ao tema e uma supervisão, através de testes específicos, da qualidade do seu desempenho.

As avaliações são feitas, inicialmente, pelos process owners (responsáveis pelos processos), em seguida pela área de Controles Internos e por fim pela área de Auditoria Interna da Companhia. Todas estas avaliações são documentadas e discutidas e os seus resultados, quando não satisfatórios, são tratados através de planos de ações específicos e monitorados tempestivamente pelos executivos e pelos Process Owners, a fim de evitar que erros, em contas que possuem materialidade, possam ferir o conjunto de assertivas realizado pela gestão da Companhia.

A avaliação sobre os controles internos da Companhia realizada pela Administração apontou que não há deficiências significativas em 31 de dezembro de 2017.

As deficiências de controle identificadas foram classificadas como não relevantes e não geraram distorções relevantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. As medidas adotadas e a serem adotadas para a correção das deficiências acima descritas estão comentadas no item 5.3 (e).

O sistema de controles internos está em constante evolução, acompanhando e atualizando as principais mudanças ocorridas na Companhia.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui uma área exclusiva para o monitoramento, aprimoramento e atualização dos controles internos, denominada Gerência de Controles Internos. Possui também uma estrutura de auditoria interna independente, que realiza testes específicos de controles internos de acordo com o plano de auditoria anual aprovado e acompanhado pelo Comitê de Auditoria Estatutário. Em 2017, a Companhia fortaleceu o ambiente de Controles e criou uma Diretoria com foco nos temas de riscos corporativos e compliance.

A Administração designa gerentes e diretores como Process Owners, que atuam na gestão e no funcionamento diário dos controles internos, bem como nos planos de mitigação de deficiências, com o suporte e orientação da Gerência de Controles Internos, quando necessário.

A Companhia tem estabelecido um Comitê Operacional de Controles Internos, composto pelo Presidente, Vice-Presidentes e Diretores de Controladoria, Auditoria Interna, Tecnologia da Informação e Riscos e Compliance que, mensalmente, supervisionam e direcionam ações de mitigação do funcionamento dos controles internos aos Process Owners e Gerência de Controles Internos.

O Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia monitora a evolução dos controles internos e o tratamento das deficiências de controle, supervisionando as ações de mitigações, quando aplicável junto à Administração da Companhia em conjunto com a Diretoria de Auditoria Interna.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A supervisão do grau de eficiência de controles internos da Companhia é de responsabilidade do Comitê de Auditoria Estatutário, onde é feita a supervisão periódica da eficácia dos Controles Internos da companhia. As áreas de Gestão de Riscos e Compliance, Controles Internos e Auditoria Interna apoiam os Process Owners na identificação, avaliação, comunicação, tratamento e monitoramento dos riscos através de relatórios periódicos. Estes relatórios são monitorados e debatidos com a Administração no Comitê Operacional dos Controles Internos.

Tais relatórios demonstram o funcionamento dos controles internos, informando (i) as deficiências de controle existentes com a identificação do cronograma e status dos planos de ações, risco envolvido no processo e o seu respectivo controle compensatório ou definitivo a ser implantado; (ii) grau das deficiências identificadas, bem como (iii) a mensuração do índice de efetividade nos últimos 12 meses. Além disto, também é realizado o acompanhamento dos planos de ação finalizados e destacados processos específicos por unidade de negócio que demandam ação conjunta dos gestores.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Administração tem como prática a inclusão no seu programa de metas a eficiência e eficácia de controles internos, como forma de estímulo a aderência à cultura dos controles internos, que é acompanhada e medida pelas áreas de Gestão e Controles Internos, respectivamente. A evolução das metas é periodicamente divulgada para a Administração da Companhia.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O estudo, a avaliação e a comunicação sobre os controles internos da Companhia conduzidos pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, apontaram no relatório circunstanciado emitido que as deficiências ou recomendações descritos no item "a" não foram consideradas significativas nos controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não foram detectadas deficiências significativas relativas aos controles internos da Companhia e, para toda a deficiência reportada classificada como não relevante, foram criados planos de ação que são monitorados constantemente pela Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:
- i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Gol possui atualmente;

- (i) **Canal de Ética** por via de telefone (0800) e website, difundido interna e externamente, dando possibilidade de anonimato e conduzindo o tratamento de relatos de forma a proteger os denunciantes de boa fé bem como as informações e demais envolvidos;
- (ii) **Código de Ética e Manual de Conduta** expressando os valores da empresa e suas expectativas em termos de comportamento dos seus colaboradores.
- (iii) **Termo de conformidade com legislação** anticorrupção assinado pelos colaboradores
- (iv) **Treinamentos** para difundir a cultura ética e questões de anticorrupção, para todos os colaboradores
- (v) **Análise de riscos** focada em descumprimento da legislação brasileira e americana anticorrupção;

No final de 2017 foi criada uma nova Diretoria Executiva de Riscos Corporativos e Compliance.

- ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Gol atualmente possui os seguintes órgãos todos formalmente aprovados:

- **Canal Independente** que se reporta a um Comitê de Ética, que é responsável tratamento de relatos.
- **Departamento de auditoria interna** independente, responsável pela auditoria dos processos internos, incluindo os relevantes para o programa de integridade existentes, reportando-se ao CAE;
- **Comitê de Auditoria Estatutário (CAE)**
- **Comitê de Ética**, que se reporta ao Presidente Executivo e ao CAE
- **Departamento de Compliance**, responsável pela definição, implantação e gestão do Programa de Compliance, com reporte direto ao Presidente Executivo e acesso independente ao CAE e Conselho de Administração.

- iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.

A GOL possui um Código de Ética com aplicação a todos os colaboradores

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Sim, anualmente.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas.**

Sim, as sanções estão previstas no Manual de Conduta e incluem: (i) advertência por escrito; (ii) suspensão por 1 (um) dia; (iii) suspensão por 2 (dois) dias; e (iv) demissão.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código foi aprovado pelo Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia. A sua aprovação deu-se em 1 de Julho 2016, e o Código pode ser consultado no website da "Ética na GOL" em: www.eticanagol.com.br

- b. **se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O canal é externo.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

Encontra-se aberto ao público interno e externo.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**
É garantida a possibilidade de anonimato e proteção aos denunciantes de boa fé.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

Comitê de Ética

- c. **se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

A Companhia adota procedimentos nas situações mencionadas acima.

- d. **caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não se aplica.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 Comentários sobre alterações significativas e expectativas

Entre 2014 e 2016, enfrentamos um cenário desafiador que afetou negativamente nossos resultados, a liquidez e estrutura de capital. Este cenário envolveu: o desaquecimento e contração da economia brasileira, a desvalorização acentuada do real, a redução da demanda, o excesso de capacidade do setor, o aumento dos custos operacionais, a redução da classificação de crédito e perdas acumuladas.

Os esforços realizados nos últimos anos para remediar alguns efeitos deste cenário não foram suficientes. Assim, iniciamos uma série de iniciativas para tratar as questões relacionadas à liquidez e estrutura de capital de forma abrangente.

As iniciativas realizadas no segundo semestre de 2015, ano de 2016 e 2017 e primeiros meses de 2018 incluem:

2015

No ano de 2015, adotamos uma série de iniciativas para fortalecer a liquidez e a estrutura de capital da Companhia. No início do ano, nos preparamos para ampliar a nossa capacidade de capitalização e, no segundo semestre de 2015 e primeiros meses de 2016 implementamos as iniciativas que incluem: (1) injeção de capital; (2) suporte financeiro da Delta Air Lines; (3) redução no volume de decolagens; (4) redução dos custos operacionais; (5) venda antecipada de passagens; (6) mudanças de rotas; (7) negociação com fornecedores; (8) negociação dos contratos de leasing; e (9) aprimoramentos na estrutura de capital. Juntamente com esses esforços, as Ofertas de Permuta visaram assegurar que a GOL reagisse às atuais crises política e econômica da forma mais competitiva possível.

Reestruturação Acionária e Aprimoramento da Governança Corporativa da Companhia

No dia 21 de janeiro de 2015, a Administração da Companhia apresentou aos seus acionistas uma Proposta visando à ampliação da capacidade de capitalização da Companhia, por meio de uma solução estrutural e de longo prazo, que conferiu mais flexibilidade para a companhia na captação de recursos. A proposta consistiu, especialmente, na criação de espaço adicional para a emissão de novas ações preferenciais, sem que continuasse sendo necessariamente obrigatório emissão de ações ordinárias em mesma proporção, em caso de aumento de capital da Companhia, em virtude de obrigações impostas pela legislação societária e pelas normas regulatórias aplicáveis à época.

A Proposta foi deliberada em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 23 de março de 2015, em que todos os acionistas da Companhia foram chamados a votar, inclusive os titulares de ações preferenciais.

Com o fim de assegurar a prática dos mais elevados padrões de governança corporativa, a Companhia definiu que a decisão sobre a aprovação ou não da Proposta fosse definida pela maioria dos acionistas preferencialistas presentes à Assembleia Geral, sem o cômputo dos votos do Acionista Controlador, que se comprometeu a lançar seus votos no mesmo sentido, e após, a votação pela maioria dos demais acionistas, de forma a não influenciar no resultado final de tal deliberação.

A Proposta foi aprovada em AGE por ampla maioria, mais de 99% (noventa e nove) por cento do total de acionistas da Companhia presentes na AGE.

A Proposta apresentada contemplou os principais eventos:

Aumento dos direitos patrimoniais conferidos pelas ações preferenciais na proporção de 35 para 1 e o simultâneo desdobramento das ações ordinárias na mesma proporção, gerando, portanto, resultado econômico neutro para os acionistas.

Com a aprovação, cada ação preferencial passou a conferir direito a dividendos 35 vezes superiores ao dividendo que vier a ser declarado para cada ação ordinária, assim como recebeu 35 vezes o preço pago por ação ordinária em ofertas públicas de aquisição de ações, inclusive em caso de alienação de controle (tag-along). Foram igualmente majorados os direitos conferidos às ações preferenciais em caso de reembolso de capital e em caso de participação em valores remanescentes na hipótese de liquidação. Adicionalmente, a conversão de ações ordinárias em ações preferenciais obedeceu à razão de 35:1.

Simultaneamente ao aumento dos direitos das ações preferenciais, as ações ordinárias foram desdobradas em 35 vezes.

Adoção de melhorias na governança corporativa para reforçar o alinhamento de interesses entre acionistas, sujeitas a determinadas condições e dependendo da participação econômica do Acionista Controlador, também foram elevados, incluindo:

Vagas no Conselho de Administração reservadas para representantes de acionistas preferencialistas;
Votação em separado em Assembleia Especial de acionistas preferencialistas de determinadas matérias;
Representação crescente de conselheiros independentes no Conselho de Administração da Companhia;
Instituição de Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) permanente e Comitê de Governança Corporativa Estatutário com competência ampliada;

Limitação à alienação de ações detidas pelo Acionista Controlador (“Lock-Up do Controlador”)

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Com a aprovação da Proposta, o Acionista Controlador passou a estar sujeito a limitações na sua capacidade de alienar as ações ordinárias e preferenciais atualmente detidas. Tais limitações possuem duração e exceções definidas, conforme indicado na tabela a seguir:

PN's*	Período	Tamanho	Modo de Venda	Lock-Up
	Até 12 (doze) meses da data da Aprovação da Proposta	Qualquer	Venda em bolsa	100% da posição
	Entre 12 (doze) e 24 (vinte e quatro) meses da data da Aprovação da Proposta	Qualquer	Venda em bolsa	50% da posição
	Após 24 (vinte e quatro) meses da data da Aprovação da Proposta	Qualquer	Venda em bolsa	0% da posição (livre para negociação)

ON's**	Período	Tamanho	Modo de Venda	Lock-Up
	Qualquer	Até 3% do capital econômico	Mercado (ex. bloco)	6 (seis) meses para a posição remanescente
	Qualquer	Maior que 3% do capital econômico	Oferta pública registrada na CVM	Aplicam-se as restrições acordadas no âmbito da oferta pública de ações
	Qualquer	Qualquer	Privado	6 (seis) meses para o Acionista Controlador e 12 (doze) meses para o adquirente

Notas: (*) Vendas fora de bolsa são permitidas se o adquirente aceitar as restrições referentes a venda em bolsa
(**) Se aplica também a ONs convertidas em PNs

Obs.1: Lock-up extinto se o controlador detiver menos de 15% do capital econômico ou caso seja realizada oferta pública em razão da alienação do controle

Obs.2: Ações adquiridas após AGE de aprovação podem ser alienadas sem qualquer restrição

(4) Previsão de uma obrigação de lançar uma oferta pública de aquisição por parte de qualquer adquirente de ações representando 30% ou mais da participação econômica na Companhia. O Estatuto Social da Companhia determina que o adquirente de uma participação econômica de 30% na Companhia (excetuado o atual Acionista Controlador, em determinados casos) está obrigado a lançar oferta pública para aquisição de todas as ações de emissão da Companhia ao maior preço pago por tal adquirente nos 12 meses anteriores.

A Proposta apresentada deveu-se, principalmente, ao fato de que Companhia estava próxima do limite legal do número de ações preferenciais que podem ser emitidas, conforme disposição legal, fixado em 50% do número total de ações. Em virtude de tal fato, antes da reestruturação, na medida em que a Companhia buscava emitir ações preferenciais adicionais, em número superior a este limite, o Acionista Controlador estava obrigado a subscrever igual número de ações ordinárias. Por esta razão, a capacidade de financiamento da Companhia dependia, necessariamente, do Acionista Controlador.

Adicionalmente, antes da aprovação da Proposta em Assembleia Geral Extraordinária, qualquer subscrição significativa de ações ordinárias por terceiros, que não o Acionista Controlador, dependia de autorizações da Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC") e estava limitada às restrições impostas pelo Código Brasileiro de Aeronáutica ("CBAer").

Maiores detalhes acerca da Proposta aprovada pelos acionistas da Companhia estão disponíveis no site de relações com investidores da Companhia www.voegol.com.br/ri

Contrato de Investimento – Fundo de Investimento em Participações Volluto e Delta Airlines Inc.

No dia 10 de julho de 2015, a Companhia, seu acionista controlador e a Delta Air Lines, Inc. celebraram um contrato de investimento em que as Partes se comprometeram a realizar as seguintes operações (as "Operações Estratégicas"):

Investimentos em ações emitidas pela GOL, de até US\$90 milhões pelo acionista controlador da Companhia, o Fundo de Investimento em Participações Volluto ("FIP Volluto"), e de até US\$56 milhões pela Delta, a garantia, pela Delta, em empréstimo de até US\$300 milhões a ser obtido pela GOL com terceiros, sendo a garantia da Delta contragarantida por ações ordinárias da Smiles S.A. detidas pela GOL, e ainda, a prorrogação e expansão dos acordos de cooperação comercial existentes entre a GOL e a Delta. As Operações Estratégicas têm como finalidade permitir que a GOL e a Delta continuem a se beneficiar de sua parceria estratégica e melhorar significativamente a condição financeira e de liquidez da GOL.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Na data de 04 de setembro de 2015, o Conselho homologou um aumento de capital no montante de R\$ 461.272.399,20 milhões. O Aumento de Capital teve como objetivo reforçar o caixa, a estrutura de capital e o patrimônio da Companhia. As condições do aumento de capital foram descritas de forma detalhada nos Avisos aos Acionistas divulgados em 14 e 22 de julho de 2015.

2016

Contrato de Venda Antecipada de Bilhetes Aéreos para a Smiles S.A.

No dia 26 de fevereiro de 2016, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda antecipada de passagens aéreas com a Smiles S.A. no montante total de até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de Reais), sujeito a determinados termos e condições, inclusive um cronograma de desembolsos (a "Compra Antecipada"). A primeira parcela, no valor de R\$376,0 milhões, foi desembolsada pela Smiles em fevereiro de 2016.

A Compra Antecipada consistiu em tranches e os demais desembolsos foram condicionados a determinadas medidas de fortalecimento da liquidez da GLA. A Companhia adotou tais medidas em conformidade com o plano de negócios da GLA, ao longo do ano de 2016. As medidas de fortalecimento da liquidez tomadas incluem:

- Redução da quantidade de pousos e decolagens em pelo menos 6%;
- Suspensão de 07 (sete) destinos operados em 31 de dezembro de 2015;
- A devolução de 05 (cinco) aeronaves em regime de arrendamento financeiro;
- Alteração no cronograma de entrega de novas aeronaves entre 2016 e 2017 de 15 (quinze) para 01 (uma).

Os desembolsos feitos pela Smiles foram pagos em tranches de R\$376 milhões na data de fechamento da operação, R\$200 milhões em 12 de maio de 2016, R\$200 milhões em 30 de junho de 2016, R\$160 milhões em 13 de setembro de 2016 e R\$ 120 milhões em 03 de fevereiro de 2017. A taxa média ponderada anual dos adiantamentos em aberto equivale a 17,29%.

Em 05 de abril de 2017, a controlada Smiles aprovou a celebração de aditivo ao Contrato de Compra e Venda Antecipada de Passagens Aéreas e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Direitos sobre Contas e Outras Avenças, que preveem a aquisição, pela Smiles, de créditos para utilização futura na aquisição de passagens aéreas de emissão da GLA, no montante de até R\$480.000.000,00 (quatrocentos e oitenta milhões de reais), sendo que seu desembolso pela Smiles poderá ocorrer até 31 de julho de 2018, de acordo com os termos e condições do Aditivo. Em 25 de Abril de 2017 a companhia pagou a tranche C do referido aditivo, no valor de R\$130 milhões.

Alteração do Fator de Relação entre ADS e Ações Preferenciais de emissão da GOL

No dia 25 de fevereiro de 2016, a Companhia divulgou que estava realizando uma operação para alterar a razão entre os seus ADS e as ações preferenciais de emissão da GOL, de 01 ADS para 01 ação preferencial para 01 ADS para 10 ações preferenciais. A Companhia informou que a referida alteração não afetou os detentores de ações ordinárias e preferenciais da GOL, e que não foram emitidas novas ações de emissão da Companhia. Como resultado da alteração na proporção das ADSs para as ações preferenciais da Companhia, a Companhia tinha o objetivo que o preço dos ADS aumentasse proporcionalmente, o que efetivamente ocorreu.

Oferta Privada de Permuta dos Notes - Exchange Offer

No dia 3 de maio de 2016, anunciamos via Fato Relevante a realização de oferta privada de permuta ("Oferta de Permuta") de: (a) todos e quaisquer títulos representativos de dívida no exterior em circulação com remuneração de 7,50% e vencimento em 2017 emitidos pela Gol Finance Cayman ("Finance Cayman") ("Notes 2017"), por dinheiro e por novos títulos de dívida no exterior com remuneração de 8,50% e vencimento em 2018 emitidos também pela Finance Cayman ("Novas Notes 2018"); (b) todos e quaisquer títulos representativos de dívida no exterior em circulação com remuneração de 9,250% e vencimento em 2020 emitidos pela Finance Cayman ("Notes 2020"), todos e quaisquer títulos representativos de dívida no exterior em circulação com remuneração de 8,50% e vencimento em 2022 emitidos pela Gol Finance, atual denominação da Gol LuxCo S.A. ("Finance Luxemburgo") ("Notes 2022") e todos e quaisquer títulos representativos de dívida no exterior em circulação com remuneração de 10,750% e vencimento em 2023 emitidos pela Finance Luxemburgo ("Notes 2023"), por dinheiro e por novos títulos de dívida no exterior com remuneração de 8,50% e vencimento em 2022 pela Finance Luxemburgo ("Novas Notes 2022"); e (c) todos e quaisquer títulos representativos de dívida no exterior em circulação com remuneração de 8,75% e sem data de vencimento emitidos pela Finance Cayman ("Notes Perpétuos"), por novos títulos de dívida no exterior com remuneração de 8,50% e com vencimento em 2028, emitidos pela Finance ("Novas Notes 2028").

O resultado das Ofertas de Permuta reduziram a dívida total da GOL em US\$ 101,2 milhões (R\$ 326,9 milhões), com um uso de caixa de US\$ 13,9 milhões, e possibilitou uma economia com despesa anual de juros de US\$ 9,3 milhões, conforme abaixo:

	Dívida cancelada (a)	Novas emissões (b)	Prêmios pagos	Total do ganho (c)	Pagamentos	Redução da dívida
Senior 2017 (i)	27.937	(19.556)	(1.233)	7.148	(6.243)	13.391
Senior 2020 (ii)	41.139	(18.513)	(1.440)	21.186	(3.189)	24.375
Senior 2022 (ii)	46.270	(20.822)	(1.488)	23.960	(3.536)	27.496
Senior 2023 (ii)	14.301	(6.435)	(513)	7.353	(1.104)	8.457
Bonus Perpétuos (iii)	46.099	(16.135)	(1.949)	28.015	-	28.015
Total em USD	175.746	(81.461)	(6.623)	87.662	(14.072)	101.734

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Total em R\$	574.971	(266.508)	(21.664)	286.799	(46.034)	332.833
--------------	---------	-----------	----------	---------	----------	---------

Refere-se à parcela das dívidas anteriores que foram canceladas no âmbito da oferta de permuta de títulos.

As novas emissões possuem vencimento nas seguintes datas: (i) Senior notes com vencimento em 20 de dezembro de 2018; (ii) Senior notes com vencimento em 20 de julho de 2021; (iii) Senior notes com vencimento em 20 de dezembro de 2028.

O montante total de R\$286.799 corresponde ao ganho líquido total apurado no processo de oferta de permuta de títulos.

As Novas Notes possuem garantia sênior da Companhia com pagamento de juros semestrais de 8,50% a.a. e 1% a.a. a ser incorporado no montante principal (PIK), além de garantia de peças e conjuntos de reposição de aeronaves. Os custos incorridos na oferta de troca totalizaram R\$27,2 milhões (US\$8,4 milhões). Os demais empréstimos e financiamentos não sofreram alterações contratuais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

2017

Alteração do Fator de Relação entre ADS e Ações Preferenciais de emissão da GOL

No dia 16 de fevereiro de 2017, divulgamos Fato Relevante anunciando que o Conselho de Administração aprovou a alteração da razão entre os ADS e as ações preferenciais da Companhia para 01 ADS para 05 ações preferenciais. O objetivo desta mudança foi aumentar a liquidez na negociação, ampliando a base de acionistas e facilitando o acesso das ADSs da GOL na NYSE.

Como resultado, os titulares registrados de ADSs receberam automaticamente, na data de distribuição, em 1 de maio de 2017, uma ADS extra para cada ADS que possuir até o encerramento das operações na data de registro, em 27 de abril de 2017.

Além disso, no dia 17 de abril de 2017, a Companhia nomeou o The Bank of New York Mellon, como banco depositário para o programa de ADR da Companhia em termos substancialmente idênticos àqueles presentes no contrato com o depositário atual.

Em continuação às providências para o aumento da liquidez das ADSs, no dia 9 de novembro de 2017, a Companhia anunciou que seu Conselho de Administração aprovou a alteração da razão entre os ADS e as ações preferenciais da Companhia para 01 ADS para 02 ações preferenciais. Como resultado, os titulares registrados de ADSs receberam automaticamente 1,5 ADS extra para cada ADS que possuíam até o encerramento das operações em 20 de novembro de 2017.

Incorporação da Smiles

Com intuito de otimizar e simplificar a estrutura organizacional de nosso grupo de sociedades controladas, em 6 de junho de 2017, divulgamos reorganização societária referente a incorporação da Smiles S.A. ("Smiles") pela Smiles Fidelidade S.A. (atual denominação da Webjet Participações S.A., doravante denominada "Smiles Fidelidade"), a fim de obter economia tributária decorrente do aproveitamento de saldos acumulados de prejuízos fiscais. Em 1º de julho de 2017, foi extinta a Smiles, com sucessão de todos seus bens, direitos e obrigações pela Smiles Fidelidade.

Amortização das Notes 2017

Em 3 de abril de 2017 amortizamos US\$55,9 milhões (R\$177,2 milhões) do saldo das Notes 2017, com o caixa disponível na Companhia. Em base proforma, com a amortização das Notes 2017, a relação Dívida Líquida Ajustada/EBITDAR da Companhia para os 12 meses encerrados em 31 de março de 2017 foi de aproximadamente 4,5x.

Oferta Pública de Aquisição em Dinheiro ("Tender Offer") das Notes 2020 e 2022, Resgate das Notes 2018, Notes 2020, Notes 2021 e Notes 2028 e Emissão das Notes 2025

No final do ano de 2017, novamente implementamos uma série de iniciativas para fortalecer nossa liquidez e estrutura de capital. Em 27 de novembro de 2017, anunciamos o início da Tender Offer de todas e quaisquer Notes 2022, sujeita, entre outras condições, a conclusão pela Finance Luxemburgo de novo financiamento. Em 14 de dezembro de 2017, anunciamos também a Tender Offer de parte das Notes 2020, bem como o resgate de todas as suas Notes 2018, Notes 2021 e Notes 2028.

Em 6 de dezembro de 2017, anunciamos a emissão de novos títulos de dívida no exterior no montante de US\$500 milhões com remuneração de 7% e vencimento em 2025 ("Notes 2025") pela Finance Luxemburgo. O montante arrecadado com a emissão dos Notes 2025 foram utilizados para o pagamento das Tender Offer das Notes 2020 e 2022, bem como do resgate das Notes 2018, 2021 e 2028.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não há outras informações que julguemos relevantes em relação a esta Seção 5.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os dados financeiros referidos abaixo são extraídos de nossas demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015. Essas demonstrações financeiras foram preparadas sob a responsabilidade de nossa Administração, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Por fim, as informações incluídas neste item 10 relativas ao nosso setor de atividade, indicadores financeiros do setor, bem como as estimativas a respeito de participações de mercado, foram obtidas por meio de levantamentos internos, informações públicas e publicações sobre o setor. Foram incluídas informações de relatórios elaborados por fontes públicas oficiais, como o Banco Central do Brasil (BACEN), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), dentre outras. As informações que constam dessas publicações são extraídas de fontes consideradas confiáveis, mas não podemos garantir a exatidão e a integridade dessas informações. Os referidos levantamentos internos e estimativas não foram objeto de comprovação independente.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2017 foi um ano de retomada para a economia brasileira. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o PIB - Produto Interno Bruto cresceu 1,0% no ano. Essa alta é resultado da expansão de 0,9% do valor adicionado a preços básicos e de 1,3% nos Impostos sobre produtos líquidos de subsídios. O resultado do valor adicionado refletiu o desempenho das três atividades que o compõem: Agropecuária (13,0%), Serviços (0,3%) e Indústria (0,0%).

O consumo das famílias apresentou alta em 2017 após 2 anos e, revertendo de forma efetiva apesar de não chegar ao patamar de anos anteriores. Contribuíram principalmente para a melhora, a inflação mais baixa, ganhos reais dos salários, aumento da massa salarial e da população ocupada, além do benefício de liberação de contas inativas do FGTS.

Dentro deste cenário de retração econômica, o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor fechou 2017 em 2,95%. É a primeira vez que o IPCA fica abaixo do piso da meta da inflação do Banco Central desde que o regime foi implantado no país, em 1999. O que explica a forte desaceleração do IPCA em 2017 é o comportamento dos preços de alimentação e bebidas, que têm o maior peso no cálculo do índice. Com o aumento de 30% da safra, os alimentos ficaram 1,87% mais baratos e impediram que a inflação avançasse ainda mais. Com isso, os preços dos alimentos consumidos em casa fecharam o ano em baixa de 4,85%, sob forte influência das frutas, cujos preços tiveram redução de 16,52%.

Durante o ano de 2017, somado a este momento de retomada econômica que vemos no país, o dólar americano desvalorizou 8,5% ante o Real. Além disso, a taxa Selic passou por sucessivas reduções, encerrando em 7,00%, indicando o esforço do Banco Central para conter a alta inflacionária.

Acreditamos que a nossa liquidez e posição de caixa são fatores essenciais para nosso sucesso. Nossa forte posição de caixa aumenta a nossa capacidade de estabelecer parcerias, negociar com fornecedores, mitigar impactos da volatilidade dos mercados financeiros sobre nossos resultados, fortalecer nossa capacidade de recuperação financeira e assegurar a implementação da nossa estratégia de crescimento. A liquidez total (caixa, aplicações financeiras, caixa restrito de curto e longo prazo e contas a receber) representava ao final de 2017, 30,1% das nossas receitas operacionais líquidas dos últimos doze meses (19,5% em 2016 e 28,2% em 2015). Também estamos comprometidos em evitar pressão de vencimento de dívidas financeiras significativas em um horizonte de dois anos (excluindo arrendamento financeiro).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tivemos um EBITDAR (que é definido por nós como lucro operacional antes do resultado financeiro juros, impostos, depreciação, amortização e custos com arrendamento de aeronaves) de R\$2.434,9 milhões e margem de 23,0% em comparação aos R\$2.141,2 milhões com margem de 21,7% em 2016 e R\$1.336,0 com margem de 13,7% em 2015. O avanço de 13,7%, ou R\$293,7 milhões do EBITDAR entre 2017 e 2016, principalmente, por conta da melhora no resultado operacional impulsionada pelo aumento de 7,2% na receita operacional líquida.

Acreditamos que o EBITDAR é um indicador útil para medir desempenho operacional de companhias aéreas e no nosso caso específico e no setor de transportes aéreos, parte significativa das aeronaves é arrendada, sendo assim um importante item na base de custo. Desse modo, esse indicador mostra a capacidade de cobrir esses gastos, bem como facilita a comparação com outras empresas do setor.

Nosso índice de alavancagem (representado pela dívida bruta ajustada que considera a dívida total de curto e longo prazo, somados às despesas de leasings operacionais dos últimos 12 meses multiplicados por 7, utilizado por prática de mercado e da indústria no cálculo da dívida total ajustada) / EBITDAR dos últimos 12 meses, e em 2017 foi de 5,4 vezes, ante 6,0 vezes em 2016 e 12,2 vezes em 2015. A dívida líquida ajustada (dívida bruta ajustada líquida do caixa) / EBITDAR encerrou 2017 em 4,5 vezes, comparado a 5,5 vezes em 2016 e 10,5 vezes em 2015. Em 31 de dezembro de 2017, o nosso índice de liquidez corrente, calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante era de 0,58 vezes em comparação com 0,43 vezes em 2016 e 0,44 vezes em 2015. Os indicadores foram afetados pela melhora operacional refletida pelo EBITDAR, pelo aumento da liquidez e valorização do Real frente ao dólar.

Nosso índice de alavancagem (dívida bruta ajustada / EBITDA dos últimos 12 meses) em 2017 foi de 9,2 vezes, ante 11,7 vezes em 2016 e 72,1 vezes em 2015. A dívida líquida ajustada / EBITDA encerrou 2017 em 7,6 vezes, comparado a 10,7 vezes em 2016 e 62,3 vezes em 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia possui cláusulas restritivas (covenants) no Term Loan e nas Debêntures VI com as instituições financeiras Bradesco e Banco do Brasil. No Term Loan, a Companhia é obrigada a realizar depósitos em função do atingimento de limites contratuais da dívida vinculada em dólar. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui depósitos em garantia vinculados aos limites contratuais do Term Loan. Em 31 de dezembro de 2017, as Debêntures VI possuíam as seguintes cláusulas restritivas: (i) dívida líquida/EBITDAR abaixo de 5,50 e (ii) índice de cobertura da dívida (ICSD) de pelo menos 1,33. Segundo as últimas medições realizadas em 31 de dezembro de 2017, os índices obtidos foram de: (i) dívida líquida/EBITDAR de 4,70; e (ii) índice de cobertura da dívida (ICSD) de 1,43. Em 31 de dezembro de 2016, as Debêntures VI possuíam as seguintes cláusulas restritivas: (i) dívida líquida/EBITDAR abaixo de 6,35 e (ii) índice de cobertura da dívida (ICSD) de pelo menos 1,15. As medições realizadas para 31 de dezembro de 2016 foram de (i) dívida líquida/EBITDAR de 5,76; e (ii) índice de cobertura da dívida (ICSD) de 1,63, e para 31 de dezembro de 2015, as debêntures VI possuem as seguintes cláusulas restritivas: de (i) dívida líquida/EBITDAR de 7,76; e (ii) índice de cobertura da dívida (ICSD) de 1,56. A obrigatoriedade de mensuração de tais indicadores, conforme a escritura de emissão ocorreu apenas a partir de 31 de março de 2016. Sendo assim, a Companhia atendeu os níveis mínimos exigidos para as cláusulas restritivas citadas acima e, dessa forma, encontra-se em conformidade com as cláusulas restritivas. A próxima medição ocorrerá ao fim do primeiro semestre de 2018.

A seguir, é apresentado um sumário das contas patrimoniais consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

Balanço Patrimonial Consolidado (em milhões de reais)	2017	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	1.026,9	562,2	1.072,3
Aplicações financeiras	955,6	431,2	491,7
Contas a receber	936,5	760,2	462,6
Depósitos	1.163,8	1.189,0	1.020,1
Imobilizado	3.195,8	3.025,0	4.256,6
Total de ativos	10.004,7	8.404,4	10.368,4
Empréstimos de curto prazo	1.162,9	835,3	1.396,6
Empréstimos de longo prazo	5.942,8	5.543,9	7.908,3
Passivo e Patrimônio Líquido	10.004,7	8.404,4	10.368,4

Em 31 de dezembro de 2017 nossos ativos imobilizados consolidados totalizavam R\$3.195,8 milhões, composto principalmente por (i) R\$1.351,4 milhões referentes a 31 aeronaves sob regime de arrendamento financeiro; (ii) R\$850,5 milhões referentes à aquisição de peças de reposição (rotables); (iii) R\$18,7 milhões referentes principalmente a adiantamentos para aquisição de ativos imobilizados; (iv) R\$117,0 milhões de outros imobilizados de uso (veículos, máquinas e equipamentos, obras em bases e outros); e (v) R\$865,8 milhões de reconfigurações R\$18,1 milhões de ferramentas R\$0,4 milhão de equipamentos de segurança e R\$26,1 milhões negativos com perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, nossa frota total estava conforme demonstrado no quadro abaixo.

Frota Total no Final do Período	2017	2016	2015
B737-700 NG	27	28	36
B737-800 NG	3	3	5
B737-800 NG Short-Field Performance	89	99	103
Total (Boeing 737-NG)	119	130	144

A Companhia arrenda toda sua frota de aeronaves por meio de uma combinação de arrendamentos operacionais e financeiros. Em 31 de dezembro de 2017, a frota total era composta por 119 aeronaves. A Companhia possui 88 aeronaves em regime de leasing operacional e 31 como leasing financeiro. Dessas, um total de 31 possuem opções para compra ao final do contrato. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia realizou 11 devoluções de arrendamento operacional das quais 4 foram antecipadas.

Além dos ativos mencionados acima, possuímos ainda concessões de uso de edifícios em aeroportos e hangares no Brasil, dentre os quais uma parte de um hangar no aeroporto de Congonhas, onde realizamos manutenção de aeronaves. Possuímos também um Centro de Manutenção de Aeronave de última geração em Confins, Estado de Minas Gerais. A certificação do Centro de Manutenção que possuímos autoriza serviços de manutenção de Boeings 737-300s e Boeings 737-700 e 800 Next Generation. Utilizamos a nova instalação para realizar manutenção pesada de fuselagem, manutenção preventiva, pintura de aeronaves e reestruturações da configuração interna das aeronaves.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipótese de resgate e (ii) fórmula para cálculo do valor de resgate:

Estrutura de Capital

Capital Próprio

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 nosso patrimônio líquido totalizava um déficit de R\$3.068,9 milhões negativos, enquanto que em 31 de dezembro de 2016, o patrimônio líquido registrava um déficit de R\$3.356,8 milhões negativos, esta variação é decorrente, principalmente, do lucro líquido registrado no exercício de 2017.

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social era representado por 3.129.582.142 ações, sendo 2.863.682.710 ações ordinárias e 265.899.432 ações preferenciais. O Fundo de Investimento em Participações Volluto detém 100% das nossas ações ordinárias, 49,25% das nossas ações preferenciais e 61,19% do nosso capital social total. Em 31 de dezembro de 2017, tínhamos 50,01% de nossas ações preferenciais em circulação.

Em 22 de dezembro de 2017, o Fundo Volluto, acionista controlador da Companhia, converteu 2.171.354.430 ações ordinárias em ações preferenciais de emissão da Companhia, passando a deter 130.953.776 ações preferenciais (representando 49,22% do total das ações preferenciais de emissão da Companhia em 31 de dezembro de 2017). Tal conversão das ações ordinárias em ações preferenciais não altera a participação do Fundo Volluto e demais acionistas no capital sobre a Companhia.

Em 20 de dezembro de 2018, o acionista controlador FIP Volluto, à época detentor de 2.863.682.150 ações ordinárias e 130.953.776 ações preferenciais, realizou reorganização societária envolvendo o MOBI Fundo de Investimento e Ações, que passou a deter a totalidade das 130.953.776 ações preferenciais, anteriormente detidas pelo FIP Volluto, representativas de 37,48% do capital social econômico da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social era representado por 5.238.421.108 ações, sendo 5.035.037.140 ações ordinárias e 203.383.968 ações preferenciais. Em 31 de dezembro de 2015, o capital social era representado por 5.238.421.108 ações, sendo 5.035.037.140 ações ordinárias e 203.383.968 ações preferenciais.

As participações percentuais de cada acionista indicadas na tabela abaixo estão baseadas na quantidade de 2.863.682.710 ações ordinárias e 265.899.432 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2017.

	Ações	Ordinária %	Preferencial Ações	%	Total Ações	%
Fundo de Investimento em Participações Volluto	2.863.682.150	100,00%	130.953.776	49,25%	2.994.635.926	61,19%
Outros	560	0,00%	2.459.487	0,93%	2.460.047	0,71%
Ações em tesouraria	-	-	278.612	0,10%	278.612	0,08%
Delta Air Lines, Inc.	-	-	32.926.020	12,38%	32.926.020	9,47%
Airfrance - KLM	-	-	4.246.620	1,60%	4.246.620	1,22%
Mercado	-	-	95.034.917	35,74%	95.034.917	27,33%
Total	2.863.682.710	100,000000	265.899.432	100,000000	3.129.582.142	100,000000

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia aprovou aumentos de capital em razão da subscrição de ações preferenciais por meio do exercício do plano de opção de ações, em: (i) 8 de agosto de 2017, no montante de R\$1,2 milhão, referente ao exercício de 244.185 ações; (ii) 17 de outubro de 2017, no montante de R\$1,5 milhão referente ao exercício de 230.581 opções de ações; e (iii) 13 de dezembro de 2017 no montante de R\$23 mil referente ao exercício de 2.000 opções de ações.

Em 4 de setembro de 2015, o Conselho de Administração deliberou o aumento do capital no montante de R\$461,3 milhões, mediante a emissão de 64.065.611 ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal no valor de R\$7,20 por ação em favor dos acionistas Delta Airlines e Fundo Volluto.

Em 23 de março de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o desdobramento das ações ordinárias na proporção de 1 (uma) para 35 (trinta e cinco) ações, sem alterações na proporção da composição acionária. O Fundo de Investimento em Participações Volluto é o acionista controlador da Companhia com participações igualitárias de Constantino de Oliveira Júnior, Henrique Constantino, Joaquim Constantino Neto e Ricardo Constantino.

Em 02 de fevereiro de 2015, através do nosso Conselho de Administração, foi homologado o aumento de capital social da Companhia, no limite do capital autorizado, no valor de R\$ 89.520,00 (oitenta e nove mil, quinhentos e vinte reais), mediante a emissão de 7.000 (sete mil) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, decorrentes do exercício de opção de compra de ações concedidas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações.

Capital de Terceiros

Em 31 de dezembro de 2017, o total de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo somavam R\$ 7.105,7 milhões. O prazo médio de vencimento da dívida de longo prazo da Companhia, excluindo o leasing financeiro e dívida sem vencimento, foi de 3,9 anos com uma taxa média de 9,09% nas obrigações em Reais e 7,35% nas obrigações em Dólares. Em 31 de dezembro de 2016, o total de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo somavam R\$ 6.379,2 milhões. O prazo médio de vencimento da dívida de longo prazo da Companhia, excluindo o leasing financeiro e dívida sem vencimento, foi de 3,5 anos com uma taxa média de 17,98% nas obrigações em Reais e 7,51% nas obrigações em Dólares. Em 31 de dezembro de 2015, o total de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo somavam R\$ 9.304,9 milhões. O prazo médio de vencimento da dívida de longo prazo da Companhia, excluindo o leasing financeiro, era de 3,98 anos com uma taxa média de 18,3% nas obrigações em Reais e 7,4% nas obrigações em Dólares.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia encerrou o ano de 2017 com seu nível de alavancagem, medido pela relação dívida bruta ajustada/EBITDAR UDM, em 5,4 vezes, impactado, principalmente, pela redução do custo da dívida e apreciação do Real frente ao dólar no período. Este indicador foi 6,0 vezes em 2016 e 12,2 vezes em 2015. O indicador de alavancagem com relação dívida bruta ajustada/EBITDA UDM, foi de 9,2 vezes em 2017, de 11,7 vezes em 2016 e 72,1 vezes em 2015.

Estrutura de Capital

A tabela a seguir demonstra a nossa estrutura de capital em termos de participação do capital de terceiros sobre o nosso capital total em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio Líquido	(3.068.946)	(3.356.751)	(4.322.440)
Não Controladores	(412.013)	(293.247)	(224.022)
Caixa e equivalentes de caixa	(1.026.862)	(562.207)	(1.072.332)
Caixa restrito	(268.047)	(168.769)	(735.404)
Aplicações financeiras	(955.589)	(431.233)	(491.720)
Empréstimos e financiamentos	7.105.667	6.379.220	9.304.926
Dívida líquida (a)	4.855.169	5.217.011	7.005.470
Capital Total (b)	1.786.223	1.860.260	2.683.030

Dívida líquida = dívida total (curto e longo prazo) menos caixa total (caixa e equivalentes de caixa + caixa restrito + aplicações financeira);

Capital total = dívida líquida + patrimônio líquido;

Possibilidade de Resgate de Ações

Informamos que não existe possibilidade de resgate das nossas ações, além das hipóteses legais.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Liquidez

Para administrar nossa liquidez, levamos em conta nosso caixa total, assim como saldos de nossas contas a receber. Nossas contas a receber são afetadas pelos prazos de recebimento de nossos recebíveis de cartões de crédito. Nossos clientes podem adquirir passagens efetuando pagamentos parcelados em cartões de crédito, normalmente gerando um intervalo de um a dois meses entre o pagamento de nossos fornecedores e despesas e o efetivo recebimento das receitas de nossos serviços. Quando necessário, obtemos empréstimos para financiar nosso capital de giro, os quais podem ser garantidos por nossos recebíveis, para financiar o ciclo venda-recebimento. Temos uma forte posição de liquidez, composto pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, e caixa restrito e contas a receber que ao final de 2017, representava 30,1% de nossas receitas operacionais líquidas dos últimos doze meses. Também estamos comprometidos em evitar pressão de vencimento de dívidas financeiras significativas em um horizonte de dois anos.

A tabela abaixo apresenta informações financeiras consolidadas utilizadas em análises de liquidez:

	2017	2016	2015	Var (17/16) %
Caixa Total (1)	2.250,5	1.162,2	2.299,5	93,6%
Recebíveis	936,5	760,2	462,6	23,2%
Liquidez Total Imediata	3.187,0	1.922,4	2.762,1	65,8%

(1) Corresponde à somatória dos saldos de caixa, equivalentes de caixa, caixa restrito do curto e longo prazo, e aplicações financeiras, divulgados nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2017, o "caixa total" (caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, e caixa restrito de curto e longo prazo) alcançou R\$2.250,5 milhões, compostos de R\$1.026,9 milhões de saldo de caixa e equivalente de caixa, R\$955,6 milhões em aplicações financeiras de liquidez imediata e R\$268,0 milhões de caixa restrito de longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possui saldos de adiantamentos para aquisição de aeronaves, devido a renegociações de contratos realizadas ao longo do exercício, em função da alteração do cronograma de entrega de aeronaves (R\$555,5 milhões em 31 de dezembro de 2015).

Esperamos fazer os pagamentos relativos à aquisição de aeronaves utilizando recursos provenientes das receitas de nossas operações, de empréstimos contratados por meio de linhas de crédito de curto prazo e/ou financiamento junto ao fornecedor. Esperamos financiar o saldo do preço de aquisição das aeronaves do Boeing 737-700/800 Next Generation por meio de uma combinação de fontes, tais como disponibilidades, disponibilidades decorrentes de nossas operações,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

contratos de financiamento bancário a juros baixos, operações de venda e arrendamento junto ao próprio comprador (sale and leaseback), ofertas de títulos de dívida ou capital e/ou financiamento junto ao fornecedor.

Em 31 de dezembro de 2017, o nosso índice de liquidez corrente, calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante, o índice de liquidez corrente (divisão das disponibilidades totais e recebíveis pelo passivo circulante) atingiu 0,58 vezes, 0,43 vezes em 2016 e 0,44 vezes em 2015.

A Companhia possui cláusulas restritivas (covenants) no Term Loan e nas Debêntures VI com as instituições financeiras Bradesco e Banco do Brasil. No Term Loan, a Companhia é obrigada a realizar depósitos em função do atingimento de limites contratuais da dívida vinculada em dólar. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui depósitos em garantia vinculados aos limites contratuais do Term Loan. Em 31 de dezembro de 2017, as Debêntures VI possuíam as seguintes cláusulas restritivas: (i) dívida líquida/EBITDAR abaixo de 5,50 e (ii) índice de cobertura da dívida (ICSD) de pelo menos 1,33. Segundo as últimas medições realizadas em 31 de dezembro de 2017, os índices obtidos foram de: (i) dívida líquida/EBITDAR de 4,70; e (ii) índice de cobertura da dívida (ICSD) de 1,43. Em 31 de dezembro de 2016, as Debêntures VI possuíam as seguintes cláusulas restritivas: (i) dívida líquida/EBITDAR abaixo de 6,35 e (ii) índice de cobertura da dívida (ICSD) de pelo menos 1,15. As medições realizadas para 31 de dezembro de 2016 foram de (i) dívida líquida/EBITDAR de 5,76; e (ii) índice de cobertura da dívida (ICSD) de 1,63, e para 31 de dezembro de 2015, as debêntures VI possuem as seguintes cláusulas restritivas: de (i) dívida líquida/EBITDAR de 7,76; e (ii) índice de cobertura da dívida (ICSD) de 1,56. A obrigatoriedade de mensuração de tais indicadores, conforme a escritura de emissão ocorreu apenas a partir de 31 de março de 2016. Sendo assim, a Companhia atendeu os níveis mínimos exigidos para as cláusulas restritivas citadas acima e, dessa forma, encontra-se em conformidade com as cláusulas restritivas. A próxima medição ocorrerá ao fim do primeiro semestre de 2018.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tivemos um EBITDAR de R\$2.434,9 milhões com margem de 23,0% em comparação aos R\$2.141,2 milhões com margem de 21,7% em 2016 e R\$1.336,0 milhões com margem de 13,7% em 2015. O nosso endividamento total em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 era de R\$7.105,7 milhões, R\$6.379,2 milhões e R\$9.304,9 milhões, respectivamente. Nosso endividamento bruto ajustado excluindo bônus perpétuos, que considera a somatória do endividamento total com o produto de 7 vezes as despesas anualizadas de arrendamento, utilizado por prática de mercado e da indústria no cálculo da dívida total ajustada, era em 31 de dezembro de 2017 de R\$13.245,7 milhões, comparado com R\$12.929,4 milhões em 2016 e R\$ 16.306,6 milhões em 2015. Os bônus perpétuos são excluídos do cálculo do endividamento, pois não possuem prazo de vencimento.

A Companhia encerrou o ano com seu nível de alavancagem, expresso pela dívida bruta total ajustada pelo EBITDAR dos últimos 12 meses, em 5,4 vezes, comparado com 6,0 vezes em 2016 e 12,7 vezes em 2015. O indicador de alavancagem com relação dívida bruta ajustada/EBITDA UDM, foi de em 9,2 vezes em 2017, de 11,7 vezes em 2016 e 72,1 vezes em 2015.

Nossos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 estavam compostos da seguinte maneira:

Consolidado (IFRS)

	Vencimento	Taxa de juros efetiva (a.a.)	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Circulante					
Moeda nacional:					
Debêntures VI	Set, 2019	132% da taxa DI	395.093	-	125.194
BNDES - Direto	Jul, 2017	TJLP+1,40% a.a.	-	-	3.111
Safra (*)	Mai, 2018	128% da taxa DI	-	9.690	33.571
Safra K-giro	Mar, 2016	111% da taxa DI	-	-	116.035
Juros	-	-	23.921	45.026	22.026
Moeda estrangeira (em US\$):					
J.P. Morgan	Mar, 2018	1,09% a.a.	43.909	42.275	72.141
Engine Facility (Cacib)	Jun, 2021	Libor 3m+2,25% a.a.	17.145	16.889	20.920
ExIm (Cacib)	Abr, 2019	Libor 3m+0,75% a.a.	47.507	-	-
FINIMP	Out, 2017	4,57% a.a.	240.973	174.428	389.275
Bônus Sênior I	Abr, 2017	7,50% a.a.	-	182.418	-
Bônus Sênior V	Dez, 2018	9,71% a.a.	23.258	-	-
PK Finance	Ago.2026	5,70% a.a.	7.883	-	-
Juros	-	-	74.989	97.670	126.462

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Arrendamento financeiro	Jul, 2025	4,52% a.a.	288.194	266.894	487.888
Total circulante			1.162.872	835.290	1.396.623
Não circulante					
Moeda nacional:					
Debêntures VI	Set. 2019	132% da taxa DI	617.333	1.005.242	925.623
Safra (*)	Mai, 2018	128% da taxa DI	-	4.871	49.562
BNDES - Direto	Jul, 2017	TJLP+1,40% a.a.	-	-	1.813
Moeda estrangeira (em US\$):					
J.P. Morgan	Mar, 2018	1,09% a.a.	12.451	11.142	64.744
Engine Facility	Jun, 2021	Libor 3m+2,25% a.a.	142.137	156.917	212.758
ExIm (Cacib)	Abr. 2019	Libor 3m+0,75% a.a.	35.634	-	-
PK Finance	Ago.2026	5,70% a.a.	78.239	-	-
Bônus Sênior I	Abr, 2017	7,50% a.a.	-	-	322.407
Bônus Sênior II	Jul, 2020	9,64% a.a.	314.589	368.000	617.376
Bônus Sênior III	Fev, 2023	11,30% a.a.	69.074	68.053	128.195
Bônus Sênior IV	Jan, 2022	9,24% a.a.	299.524	889.595	1.251.902
Bônus Sênior V	Dez. 2018	9,71% a.a.	-	43.010	-
Bônus Sênior VI	Jul. 2021	9,87% a.a.	127.181	120.631	-
Bônus Sênior VII	Dez. 2028	9,84% a.a.	54.752	52.721	-
Bônus Sênior VIII	Jan. 2025	7,19% a.a.	1.597.713	-	-
Bônus Perpétuos	-	8,75% a.a.	438.201	428.436	698.959
Term Loan	Ago, 2020	6,70% a.a.	968.010	944.194	1.128.757
Arrendamento financeiro	Jul, 2025	4,52% a.a.	1.187.957	1.451.118	2.506.207
Total não circulante			5.942.795	5.543.930	7.908.303
			7.105.667	6.379.220	9.304.926

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nossa estratégia é depender principalmente de fluxos de caixa das operações para obter capital de giro para as operações correntes e futuras. Nossos fluxos de caixa operacionais são afetados pela exigência de alguns contratos de arrendamento operacional de aeronaves, que estabelecem contas de reserva de depósito de manutenção para essas aeronaves, com fundos em níveis específicos. Os fundos serão retirados das contas de reserva de manutenção para o reembolso de certos gastos de manutenção estruturais incorridos. Acreditamos que os valores já depositados, e a serem depositados, adicionados de nossos próprios recursos de caixa, sejam suficientes para cobrir nossos custos futuros com aeronaves e manutenção, pela duração dos respectivos arrendamentos operacionais.

Financiamos o saldo do preço de aquisição das aeronaves do Boeing 737-700/800 Next Generation por meio de uma combinação de fontes, tais como disponibilidades decorrentes de nossas operações, contratos de financiamento bancário a juros baixos, operações de venda e arrendamento junto ao próprio comprador (sale and leaseback), ofertas de títulos de dívida ou capital e/ou financiamento junto ao fornecedor. As operações com financiamento bancário, substancialmente, são realizadas com a garantia do Ex-Im Bank, que fornece garantias que cobrem 85% do preço total de compra das aeronaves. Os restantes 15% do preço total de compra das aeronaves, nesse caso, são financiados pelo nosso caixa ou outras alternativas de financiamento.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Quando necessário, obtemos empréstimos para financiar nosso capital de giro, os quais podem ser garantidos por nossos recebíveis, para financiar o ciclo venda-recebimento. Temos uma forte posição de liquidez (caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito de curto e longo prazo e contas a receber) que representava 30,1% de nossas receitas operacionais líquidas dos últimos doze meses. Também estamos comprometidos em evitar pressão de vencimento de dívidas financeiras significativas em um horizonte de dois anos, para garantir patamares saudáveis de liquidez.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo demonstra os vencimentos e as taxas de juros de nossas obrigações, decorrentes de empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

Vencimentos e taxas	Vencto.	Taxa de Juros	Moeda
BNDES	jul/17	TJLP +1,40%	Real
Debentures IV	set/18	128% do CDI	Real
Debentures V	jun/17	128% do CDI	Real
Debentures VI	set/19	132% do CDI	Real
Debentures Smiles	jul/15	115% do CDI	Real
Safra	mai/18	128% do CDI	Real
Safra K-giro	mar/16	111% do CDI	Real
Finimp	dez/18	5,75%	Dólar Americano
Engine Facility (Cacib)	jun/21	Libor 3m + 2,25%	Dólar Americano
ExIm (Cacib)	Abr/19	Libor 3m+0,75% a.a.	Dólar Americano
PK Finance	Ago/26	5,70% a.a.	Dólar Americano
J.P. Morgan	Ago/19	1,32%	Dólar Americano
Bônus Sênior 2017	abr/17	7,50%	Dólar Americano
Bônus Sênior 2020	jul/20	9,64%	Dólar Americano
Bônus Sênior 2022	jan/22	9,24%	Dólar Americano
Bônus Sênior 2023	fev/23	11,30%	Dólar Americano
Bônus Sênior 2018	Dez/18	9,71%	Dólar Americano
Bônus Sênior 2021	Jul/21	9,87%	Dólar Americano
Bônus Sênior 2025	Jan/25	7,19%	Dólar Americano
Bônus Sênior 2028	Dez/28	9,84%	Dólar Americano
Bônus Perpétuos	-	8,75%	Dólar Americano
Term Loan	ago/20	6,70%	Dólar Americano

As tabelas abaixo demonstram o cronograma de vencimento das nossas obrigações, decorrentes de empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 (não considera juros e leasing financeiro):

Cronograma da Dívida Financeira em 31/12/17 (R\$MM)	2018	2019	2020	2021	2022	Após 2022	Sem vencimento	Total
Em moeda nacional								
Debêntures VI	395.093	617.333	-	-	-	-	-	1.012.426
Em moeda estrangeira (US\$)								
J.P. Morgan	43.909	12.451	-	-	-	-	-	56.360
Finimp	240.973	-	-	-	-	-	-	240.973
Engine Facility (Cacib)	17.145	17.177	17.177	107.783	-	-	-	159.282
ExIm (Cacib)	47.507	35.634	-	-	-	-	-	83.141
PK Finance	7.883	8.352	8.838	9.375	9.933	41.741	-	86.122
Bônus Sênior II	-	-	314.589	-	-	-	-	314.589
Bônus Sênior III	-	-	-	-	-	69.074	-	69.074
Bônus Sênior IV	-	-	-	-	299.524	-	-	299.524
Bônus Sênior V	23.258	-	-	-	-	-	-	23.258
Bônus Sênior VI	-	-	-	127.181	-	-	-	127.181
Bônus Sênior VII	-	-	-	-	-	54.752	-	54.752
Bônus Sênior VIII	-	-	-	-	-	1.597.713	-	1.597.713
Bônus Perpétuos	-	-	-	-	-	-	438.201	438.201
Term Loan	-	-	968.010	-	-	-	-	968.010
Total	775.768	690.947	1.308.614	244.339	309.457	1.763.280	438.201	5.530.606

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Cronograma da Dívida Financeira em 31/12/16 (R\$MM)	2018	2019	2020	2021	Após 2021	Sem Vencimento	Total
Moeda nacional:	404.871	605.24	-	-	-	-	1.010.113
Safrá	4.871	-	-	-	-	-	4.871
Debêntures VI	400.000	605.24	-	-	-	-	1.005.242
Moeda estrangeira	71.229	17.077	1.329.2	226.317	1.010.369	428.436	3.082.699
J.P. Morgan	11.142	-	-	-	-	-	11.142
Engine Facility	17.077	17.077	17.077	105.686	-	-	156.917
Bônus Sênior II	-	-	368.00	-	-	-	368.000
Bônus Sênior III	-	-	-	-	68.053	-	68.053
Bônus Sênior IV	-	-	-	-	889.595	-	889.595
Bônus Sênior V	43.010	-	-	-	-	-	43.010
Bônus Sênior VI	-	-	-	120.631	-	-	120.631
Bônus Sênior VII	-	-	-	-	52.721	-	52.721
Bônus Perpétuos	-	-	-	-	-	428.436	428.436
Term Loan	-	-	944.19	-	-	-	944.194
Total*	476.100	622.31	1.329.2	226.317	1.010.369	428.436	4.092.812

Cronograma da Dívida Financeira em 31/12/15 (R\$MM)	2017	2018	2019	2020	Após 2020	Sem Vencimento	Total
Moeda nacional:	185.146	416.22	375.62	-	-	-	976.998
BNDES - Direto	1.813	-	-	-	-	-	1.813
Safrá	33.333	16.229	-	-	-	-	49.562
Debêntures VI	150.000	400.00	375.62	-	-	-	925.623
Moeda estrangeira	396.059	32.864	20.886	1.767.019	1.509.311	698.959	4.425.098
J.P. Morgan	52.766	11.978	-	-	-	-	64.744
Engine Facility	20.886	20.886	20.886	20.886	129.214	-	212.758
Bônus Sênior I	322.407	-	-	-	-	-	322.407
Bônus Sênior II	-	-	-	617.376	-	-	617.376
Bônus Sênior III	-	-	-	-	128.195	-	128.195
Bônus Sênior IV	-	-	-	-	1.251.902	-	1.251.902
Bônus Perpétuos	-	-	-	-	-	698.959	698.959
Term Loan	-	-	-	1.128.757	-	-	1.128.757
Total*	581.205	449.09	396.50	1.767.019	1.509.311	698.959	5.402.096

*Não considera juros e leasing financeiro.

A seguir descrevemos os nossos contratos financeiros relevantes vigentes em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

Capital de giro

Em 26 de dezembro de 2011, a Companhia por meio de sua controlada indireta Webjet, obteve um empréstimo junto ao banco Safrá no valor de R\$200 milhões. O empréstimo tem carência de 18 meses e o pagamento ocorrerá em seis parcelas semestrais, com juros de 125% da taxa média diária do CDI Over, sendo o vencimento da última parcela em dezembro de 2015, com cessão fiduciária em garantia de direitos creditórios. Os custos da transação a amortizar totalizam R\$4,0 milhões. Em 26 de dezembro de 2013, foi firmado o aditamento do contrato deste empréstimo junto ao Banco Safrá, que contemplou o pagamento antecipado de uma parcela do principal que teria como vencimento original 26 de junho de 2014 no montante de R\$33,3 milhões.

Em 16 de dezembro de 2014 este contrato, assim como o seu saldo devedor remanescente, foi aditado para pactuar um aumento da taxa para 128% da taxa média diária do CDI Over e o novo prazo de vencimento que agora deve-se considerar como 29 de maio de 2018.

Em 30 de junho de 2015, a controlada GLA captou uma nova linha de empréstimo de capital de giro junto ao Banco Safrá S.A., no montante de R\$120.000, com vencimento do principal e dos juros, após o aditamento firmado em 28 de dezembro de 2015, em 28 de março de 2016. Os custos de emissão totalizaram de R\$1.200, com cessão fiduciária em garantia de direito creditórios.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 não havia saldo registrado (em 31 de dezembro de 2016, o saldo registrado no passivo circulante e no passivo não circulante eram de R\$9,7 milhões e R\$4,9 milhões, respectivamente).

BNDES (Direto)

Em 27 de junho de 2012, a Companhia por meio de sua controlada GLA obteve uma linha de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) no montante de R\$18,6 milhões. Nesta mesma data o montante captado foi de R\$15,5 milhões. Os recursos têm como finalidade o financiamento da ampliação do Centro de Manutenção de Aeronaves ("CMA") concluído em 2010. O empréstimo possuía prazo de 60 meses com vencimento em 15 de julho de 2017, amortização e pagamento de juros mensal. A taxa de juros é calculada com base na TJLP acrescida de 1,40% a.a.. A garantia dessa operação é uma fiança bancária no valor de R\$18,6 milhões. Em 15 de abril de 2016, a controlada GLA liquidou integralmente o montante antecipadamente.

Financiamento de manutenção de motores (J.P. Morgan)

Em 11 de março de 2013 a Companhia, por meio de sua controlada GLA, emitiu a terceira série de Guarantee Notes ("Notas Garantidas") para financiamento de manutenção de motores, com garantia financeira do Ex-Im Bank, com taxa de juros de 1,39% a.a. no montante de R\$15,7 milhões (US\$8,0 milhões na data da captação), com amortização trimestral do valor principal e os juros mensais, com os custos de emissão de US\$266 mil (R\$537 mil em 31 de março de 2013, data da captação). Esta série tem prazo de vencimento de 2 anos, com vencimento em 11 de março de 2015.

Em 14 de fevereiro de 2014 a Companhia, por meio de sua controlada GLA, emitiu a terceira série de Guarantee Notes ("Notas Garantidas") para financiamento de manutenção de motores, com garantia financeira do Ex-Im Bank, com taxa de juros de 0,62% a.a. no montante de R\$92,2 milhões (US\$40,5 milhões na data da captação), com amortização trimestral do valor principal e os juros mensais, com os custos de emissão de US\$2,2 mil (R\$5,2 mil na data da captação). Esta série tem prazo de vencimento de 2 anos, com vencimento em 14 de fevereiro de 2016.

Em 13 de março de 2015, a controlada GLA obteve um financiamento para manutenção de motores no montante de R\$130.795 (US\$40.539 na data da captação) com taxa de juros de 0,983% a.a. com amortização e pagamentos de juros trimestrais, e custos de emissão de R\$4.198 (US\$1.334 na data da captação) e garantia financeira do Export-Import Bank of the United States ("Ex-Im Bank"). Esta série tem prazo de vencimento de 3 anos, com vencimento em 13 de março de 2018.

O saldo total das séries referente ao financiamento registrado no passivo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2017 eram de R\$43,9 milhões e R\$12,5 milhões, respectivamente (R\$42,3 milhões e R\$11,1 milhões em 31 de dezembro de 2016).

Financiamento de motores (Engine Facility):

A controlada GLA obteve um financiamento no montante de US\$68.076 junto ao Credit Agricole, com garantia de doze motores próprios de reposição CFM56-7B, e possibilidade de aumento adicional do financiamento em US\$100.000 (equivalente a R\$220.000 na data da captação) a serem incluídos nas entregas futuras de motores próprios. Esta captação tem o intuito de manutenção da posição de liquidez elevada para redução do custo de dívida da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, o montante registrado no passivo circulante e não circulante eram de R\$17,1 milhões e R\$142,1 milhões, respectivamente.

Finimp

A Companhia, por meio de sua controlada GLA, captou recursos por meio de financiamentos ao longo do período e com a emissão de notas promissórias em garantia. Estas operações fazem parte de uma linha de crédito que a Companhia mantém para financiamento de importação, com o objetivo de compra de peças de reposição e equipamentos para aeronaves.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia, por meio de sua controlada GLA, novos recursos ao longo do exercício e renegociou os vencimentos de contratos desta modalidade, com a colocação de notas promissórias, como garantia das operações. Tais operações fazem parte de uma linha de crédito que a Companhia mantém para financiamento de importações, com o objetivo de compra de peças de reposição e equipamentos aeronáuticos. As informações acerca de tais financiamentos estão a seguir:

Data da Renegociação e captação	Instituição financeira	Montante captado		Taxa de Juros (a.a.)	Data de vencimento
		(US\$)	(R\$)		
13/01/2017	Banco do Brasil	5.245	16.803	6,13%	05/01/2018
01/02/2017	Banco do Brasil	8.595	27.057	6,15%	28/01/2018
10/02/2017	Banco do Brasil	4.815	15.001	6,14%	05/02/2018
20/04/2017	Banco do Brasil	4.274	13.442	6,20%	16/04/2018
31/05/2017	Banco Safra	5.407	17.540	4,85%	29/05/2018
26/06/2017	Banco do Brasil	9.638	31.929	5,95%	21/06/2018
26/06/2017	Banco Safra	4.571	15.142	5,17%	21/06/2018
30/06/2017	Banco do Brasil	10.436	34.526	5,85%	28/06/2018
30/06/2017	Banco do Brasil	7.823	25.879	5,85%	28/06/2018
30/10/2017	Banco do Brasil	2.693	8.768	5,53%	12/01/2018
04/12/2017	Banco Safra	9.347	30.383	5,11%	29/11/2018

PK Finance

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de agosto de 2017, a Companhia realizou captação de empréstimo com garantia de 4 motores próprios da Companhia no montante de R\$ 84,3 milhões (US\$26,8 milhões na data da captação) e custo de emissão R\$512 mil (US\$161 mil na data da captação). Nessa modalidade, o financiamento possui pagamento e amortização de juros mensais. Em 31 de dezembro de 2017, o montante registrado no passivo circulante e não circulante era de R\$7,8 milhões e R\$78,2 milhões, respectivamente.

Debêntures

Em 30 de setembro de 2010, a Companhia aprovou a quarta emissão pública de 600 debêntures simples não conversíveis em ações, em série única emitida pela GLA com garantia da Companhia, sem garantia real, no valor nominal unitário de R\$1 milhão (total de R\$600 milhões), com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro na GLA. Os custos de emissão foram de R\$6,5 milhões, que compõem o montante líquido captado de R\$593,5 milhões. O total de R\$1,3 milhão já foi amortizado e reconhecido no resultado do exercício de 2013. O prazo de vencimento é de 5 anos a partir da data de emissão, e a amortização será realizada integralmente em 30 de setembro de 2015. As debêntures são remuneradas a uma taxa de juros de 128% do CDI. Em 31 de dezembro de 2014, o montante registrado no passivo não circulante era de R\$443,1 milhões (R\$597,7 milhões no passivo circulante em 31 de dezembro de 2013). Este contrato foi liquidado em setembro de 2015, assim não estava em nosso portfólio de empréstimos em dezembro de 2017.

Em 10 de junho de 2011, a Companhia aprovou a quinta emissão pública de 500 debêntures simples não conversíveis em ações, em série única emitida pela GLA, sem garantia real, no valor nominal unitário de R\$1 milhão, totalizando R\$500 milhões, com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da GLA. Os custos de emissão foram de R\$7,3 milhões que compõem o montante líquido captado de R\$492,7 milhões e o total de R\$1,2 milhão já foram amortizados e reconhecidos no resultado do exercício de 2013. O prazo de vencimento das debêntures é de 6 anos a partir da data de emissão, e as amortizações serão realizadas integralmente em 2 parcelas iguais no valor de R\$ 250 milhões, sendo a primeira parcela em 10 de junho de 2016 e a segunda em 10 de junho de 2017. As debêntures são remuneradas a uma taxa de juros de 128% do CDI. Em 31 de dezembro de 2014, o montante registrado no passivo não circulante era de R\$490,6 milhões (R\$495,7 milhões no passivo circulante em 31 de dezembro de 2013). Este contrato foi liquidado em setembro de 2015, assim não estava em nosso portfólio de empréstimos em dezembro de 2017.

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia, por meio de sua controlada GLA, emitiu 105.000 debentures simples, não conversíveis em ações, da 6ª série no montante total de R\$1.050.000 e custos de emissão de R\$28.382, que serão amortizados ao longo do período da dívida. Os recursos captados foram utilizados exclusivamente para a liquidação antecipada pelo valor de face da 4ª e 5ª séries de debêntures que como consequência, tiveram seus custos integralmente baixados no resultado. Em 31 de dezembro de 2017, o montante registrado no passivo circulante e não circulante era de R\$395,1 milhões e R\$617,3 milhões, respectivamente (em 31 de dezembro de 2016, o montante registrado no passivo circulante e não circulante eram de R\$1.005,2 milhões).

Bônus Sênior

Em 22 de março de 2007, a Companhia por meio de sua controlada GOL Finance (anteriormente chamada de GOL LuxCo S.A.), emitiu o bônus sênior I no valor de US\$225 milhões com garantia fidejussória da Companhia e da controlada GLA. O bônus sênior tem vencimento em 2017, com juros de 7,50% a.a. Os recursos captados são utilizados para financiamento de pré-pagamentos para aquisição de aeronaves em complemento aos recursos próprios e aos financiamentos bancários obtidos com garantia de U.S. Ex-Im Bank. Em setembro de 2013, a Finance recomprou parte dos papéis detidos pela controlada GLA no valor de US\$15 milhões, com consequente redução da dívida para US\$210 milhões. Em 31 de dezembro de 2016, o montante registrado no passivo circulante era de R\$182,4 milhões, e em 31 de dezembro de 2015, R\$322,4 milhões registrados no passivo não circulante. Em 3 de abril de 2017, a companhia amortizou US\$55,9 milhões (R\$177,2 milhões) do saldo das Notas Sênior com taxa de 7,5% e vencimento em 2017 utilizando o caixa disponível.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou ofertas de permutas privadas dos Sênior Notes com vencimentos em 2017, 2020, 2022, 2023 e Bônus Perpétuos com o objetivo de reestruturar sua dívida. Consequentemente, foram emitidas, por meio da subsidiária Gol Finance (anteriormente chamada de GOL LuxCo S.A.), novas dívidas com descontos previstos no âmbito da oferta, gerando para a Companhia uma redução em seu endividamento.

Em 13 de julho de 2010, a Companhia por meio de sua controlada Finance, captou recursos mediante emissão de bônus sênior II denominados em Dólares norte-americanos no montante de US\$300 milhões na data da captação, com vencimento em 2020, juros de 9,25% a.a. e garantia fidejussória da Companhia e da controlada GLA. Os custos de emissão foram de R\$12,6 milhões na data da captação. Os recursos captados foram utilizados para o pagamento de dívidas. Os bônus sênior poderão ser resgatados pelo valor de face após cinco anos da data de emissão. Em 31 de dezembro de 2017, o montante registrado no passivo não circulante era de R\$314,6 milhões, e em 31 de dezembro de 2016 R\$368,0 milhões (R\$617,4 milhões em 31 de dezembro de 2015).

Em 07 de fevereiro de 2013, a Companhia por meio de sua controlada GLA, emitiu bônus sênior no valor de R\$392,7 milhões (US\$200 milhões) com garantia fidejussória da Companhia. O bônus sênior tem vencimento em 2023, com taxa de juros nominal de 10.75% a.a.. Os recursos foram captados com a finalidade de financiar os pré-pagamentos das dívidas que vencerão nos próximos 3 anos. Os custos de emissão representam R\$10,8 milhões, que deduziram o montante total captado de R\$403,6 milhões. Os bônus sênior poderão ser resgatados pelo valor de face após o decurso de 5 anos da data de emissão. Em 31 de dezembro de 2017, o montante registrado no passivo não circulante era de R\$69,1 milhões, em 31 de dezembro de 2016 registrados R\$68,1 milhões (R\$128,2 milhões em 31 de dezembro de 2015).

Em 24 de setembro de 2014, a Companhia por meio de sua controlada Gol Finance (anteriormente chamada de GOL LuxCo S.A.), emitiu bônus sênior no valor de R\$796,6 milhões (US\$325,0 milhões na data da captação) com garantia fidejussória da Companhia. Os bônus sênior tem vencimento em 2022, com pagamento de juros semestrais de 8.875% a.a.. Os recursos captados foram utilizados primordialmente para recompra parcial de títulos de dívida emitidos no exterior com vencimentos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

em 2017, 2020 e 2023. O montante de R\$776,7 milhões corresponde aos recursos captados, líquidos dos custos de R\$19,9 milhões. Tais custos correspondem a gastos com elaboração de prospectos e relatórios de R\$9,6 milhões e taxas no montante de R\$10,3 milhões. Os bônus sênior poderão ser resgatados pelo valor de face após 4 anos da data de emissão. Em 31 de dezembro de 2017, o montante registrado no passivo não circulante era de R\$299,5 milhões. Em 31 de dezembro de 2016, o montante registrado no passivo não circulante era de R\$889,6 milhões (R\$1.251,9 milhões em 31 de dezembro de 2015).

Em 07 de julho de 2016, a Companhia por meio de sua controlada Gol Finance (anteriormente chamada de GOL LuxCo S.A.) emitiu bônus sênior V no valor de R\$47,4 milhões (US\$14,5 milhões na data da captação) com garantia fidejussória da Companhia. Os bônus sênior tem vencimento em Dez/2018, com pagamento de juros semestrais de 8,50% a.a. e 1% a.a. a ser incorporado no montante principal (PIK). O montante de R\$42,2 milhões corresponde aos recursos captados, líquidos dos custos de R\$5,2 milhões. Os bônus sênior poderão ser resgatados pelo valor de face após 2 anos da data de emissão. Em 31 de dezembro de 2017, o montante registrado no passivo não circulante era de R\$23,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2016, o montante registrado no passivo não circulante era de R\$43,0 milhões.

Em 07 de julho de 2016, a Companhia por meio de sua controlada Gol Finance (anteriormente chamada de GOL LuxCo S.A.) emitiu bônus sênior VI no valor de R\$134,6 milhões (US\$41,4 milhões na data da captação) com garantia fidejussória da Companhia. Os bônus sênior tem vencimento em Jul/2021, com pagamento de juros semestrais de 8,50% a.a. e 1% a.a. a ser incorporado no montante principal (PIK). O montante de R\$119,9 milhões corresponde aos recursos captados, líquidos dos custos de R\$14,7 milhões. Os bônus sênior poderão ser resgatados pelo valor de face após 5 anos da data de emissão. Em 31 de dezembro de 2017, o montante registrado no passivo não circulante era de R\$127,2 milhões. Em 31 de dezembro de 2016, o montante registrado no passivo não circulante era de R\$120,6 milhões.

Em 07 de julho de 2016, a Companhia por meio de sua controlada Gol Finance (anteriormente chamada de GOL LuxCo S.A.) emitiu bônus sênior VII no valor de R\$58,7 milhões (US\$18,1 milhões na data da captação) com garantia fidejussória da Companhia. Os bônus sênior tem vencimento em Dez/2028, com pagamento de juros semestrais de 8,50% a.a. e 1% a.a. a ser incorporado no montante principal (PIK). O montante de R\$52,3 milhões corresponde aos recursos captados, líquidos dos custos de R\$6,4 milhões. Os bônus sênior poderão ser resgatados pelo valor de face após 12 anos da data de emissão. Em 31 de dezembro de 2017, o montante registrado no passivo não circulante era de R\$54,8 milhões. Em 31 de dezembro de 2016, o montante registrado no passivo não circulante era de R\$52,7 milhões.

Os recursos captados com a emissão dos bônus sênior V, VI e VII foram utilizados primordialmente para recompra parcial de títulos de dívida emitidos no exterior com vencimentos em 2017, 2020, 2022, 2023 e Bônus Perpetuo.

Em 11 de dezembro de 2017, a Companhia por meio de sua controlada Gol Finance (anteriormente chamada de GOL LuxCo S.A.), emitiu uma série de bônus sênior com vencimento em 2025, no valor de R\$1.642.000 (US\$500.000 na data da captação), com custos de emissão de R\$45.172 (US\$ 17.283 na data da captação). Os Bônus Sênior tem como garantia o aval da Companhia com pagamento de juros semestrais de 7.00% a.a. Os recursos captados tem o propósito de serem utilizados para recompra de outros Bônus e para propósitos corporativos em geral. Em 31 de dezembro de 2017, o montante registrado no passivo não circulante era de R\$1.597,7 milhões.

Bônus Perpétuos

Em 05 de abril de 2006, a Companhia, por meio de sua controlada GOL Finance (anteriormente chamada de GOL LuxCo S.A.), captou recursos mediante emissão de bônus perpétuos denominados em Dólares norte-americanos no valor nominal US\$200 milhões com garantia fidejussória da Companhia e da controlada GLA. Os bônus perpétuos não tem vencimento determinado, e podem ser resgatados pelo valor de face após o decurso de cinco anos da data de emissão, com juros de 8,75% a.a.. Os recursos captados são para financiamento de aquisição de aeronaves e financiamentos bancários com garantia do U.S. Ex-Im Bank. Em 31 de dezembro de 2017, o montante registrado no passivo não circulante da controladora era de R\$509,1 milhões, e em 31 de dezembro de 2016, o montante registrado era de R\$498,3 milhões (R\$781,0 milhões em 31 de dezembro de 2015) e em 31 de dezembro de 2017, R\$438,2 registrados no passivo não circulante consolidado, em 31 de dezembro de 2016 R\$428,4 milhões (R\$699,0 milhões em 31 de dezembro de 2015).

Emissão de crédito com garantia fidejussória (Term Loan):

Em 31 de agosto de 2015, a Companhia, por meio de sua controlada Gol Finance (anteriormente chamada de GOL LuxCo S.A.), emitiu uma dívida no valor de R\$1.191.870 (US\$300.000 na data de captação) com custos de emissão de R\$48.700 (US\$12.258 na data da captação) por meio do banco Morgan Stanley, com prazo de vencimento em 5 anos e taxa efetiva de juros de 6,5% a.a.. A Companhia contou com a garantia fidejussória adicional ("Backstop Guaranty") concedida pela Delta. Em contrapartida, apartado ao instrumento, a Companhia concedeu como garantia à Delta o penhor de ações ordinárias emitidas pela Smiles e de titularidade da Companhia. A avaliação da garantia é feita através do comparativo entre o valor de mercado das ações da Smiles em relação à dívida atualizada e, caso a dívida supere o valor de mercado, a Companhia está obrigada a realizar um depósito em garantia. Em 31 de dezembro de 2015, em função da volatilidade do valor de mercado da Smiles, a mensuração da garantia adicional com a Delta era de R\$48.810 (US\$12.500 em 31 de dezembro de 2015). Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2017, a Companhia não ultrapassou os limites contratuais que determinam a obrigatoriedade de realizar tal depósito e, portanto, o saldo foi integralmente resgatado.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2017, não possuíamos qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a lei 11.101 de 2005:

Obrigações sociais e trabalhistas
Impostos a recolher
Arrendamento (garantia real)
Empréstimos e financiamentos
Créditos quirografários
Créditos subordinados
Dividendos e juros sobre capital próprio

Nos nossos contratos de arrendamento financeiro, o arrendador tem prioridade, em relação aos demais credores, na recuperação da aeronave, nos termos do contrato aplicável.

Não existe grau de subordinação entre as dívidas da companhia.

Adicionalmente, a totalidade de empréstimos, financiamentos e títulos da dívida da companhia em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 7,1 bilhões. Deste montante 76,5% (R\$ 5,4 bilhões) correspondia à obrigação de natureza quirografária e 23,5% (R\$ 1,7 bilhão) correspondia a obrigações com garantias reais. Para o exercício de 2016, o endividamento total era de R\$6,4 bilhões, R\$4,5 bilhões correspondiam à obrigação de natureza quirográfica e R\$1,9 bilhão correspondia a obrigações com garantias reais. Para o exercício de 2015, o endividamento total era de R\$9,3 bilhões R\$5,9 bilhões correspondiam à obrigação de natureza quirográfica e R\$3,4 bilhões correspondiam a obrigações com garantias reais.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia possui cláusulas restritivas (covenants) no Term Loan e nas Debêntures VI com as instituições financeiras Bradesco e Banco do Brasil. No Term Loan, a Companhia é obrigada a realizar depósitos em função do atingimento de limites contratuais da dívida vinculada em dólar. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui depósitos em garantia vinculados aos limites contratuais do Term Loan. Em 31 de dezembro de 2017, as Debêntures VI possuíam as seguintes cláusulas restritivas: (i) dívida líquida/EBITDAR abaixo de 5,50 e (ii) índice de cobertura da dívida (ICSD) de pelo menos 1,33. Segundo as últimas medições realizadas em 31 de dezembro de 2017, os índices obtidos foram de: (i) dívida líquida/EBITDAR de 4,70; e (ii) índice de cobertura da dívida (ICSD) de 1,43. Em 31 de dezembro de 2016, as Debêntures VI possuíam as seguintes cláusulas restritivas: (i) dívida líquida/EBITDAR abaixo de 6,35 e (ii) índice de cobertura da dívida (ICSD) de pelo menos 1,15. As medições realizadas para 31 de dezembro de 2016 foram de (i) dívida líquida/EBITDAR de 5,76; e (ii) índice de cobertura da dívida (ICSD) de 1,63, e para 31 de dezembro de 2015, as debêntures VI possuem as seguintes cláusulas restritivas: de (i) dívida líquida/EBITDAR de 7,76; e (ii) índice de cobertura da dívida (ICSD) de 1,56. A obrigatoriedade de mensuração de tais indicadores, conforme a escritura de emissão ocorreu apenas a partir de 31 de março de 2016. Sendo assim, a Companhia atendeu os níveis mínimos exigidos para as cláusulas restritivas citadas acima e, dessa forma, encontra-se em conformidade com as cláusulas restritivas. A próxima medição ocorrerá ao fim do primeiro semestre de 2018.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

A companhia dispõe da possibilidade de contratação de linhas de créditos junto a instituições financeiras e bancos para financiamento do capital de giro e para investimento em nosso negócio.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras apresentadas foram extraídas das nossas demonstrações financeiras consolidadas e respectivas notas explicativas, elaboradas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS que refletem adequadamente os resultados de nossas operações e de nossa situação financeira e patrimonial nos respectivos períodos.

As informações incluídas neste item 10 relativas ao nosso setor de atividade, indicadores financeiros do setor, bem como as estimativas a respeito de participações de mercado, foram obtidas por meio de levantamentos internos, informações públicas e publicações sobre o setor. Foram incluídas informações de relatórios elaborados por fontes públicas oficiais, como o Banco Central do Brasil (BACEN), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), dentre outras. As informações que constam dessas publicações são extraídas de fontes consideradas confiáveis, mas não podemos garantir a exatidão e a integridade dessas informações. Os referidos levantamentos internos e estimativas não foram objeto de comprovação independente.

Cenário Econômico Brasileiro

Como uma empresa cujas operações estão atualmente concentradas em sua maior parte no Brasil, de 2014 a 2016, fomos afetados pela conjuntura econômica do país. Embora nosso crescimento, desde 2001, tenha sido principalmente impulsionado pela nossa expansão para novos mercados e ao aumento da frequência de voos, também fomos afetados pelas condições macroeconômicas do Brasil.

O ano de 2017 foi um ano de retomada para a economia brasileira. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o PIB - Produto Interno Bruto cresceu 1,0% no ano. Essa alta é resultado da expansão de 0,9% do valor adicionado a preços básicos e de 1,3% nos Impostos sobre produtos líquidos de subsídios. O resultado do valor adicionado refletiu o desempenho das três atividades que o compõem: Agropecuária (13,0%), Serviços (0,3%) e Indústria (0,0%).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O cenário econômico brasileiro afeta diretamente nossa posição financeira e resultado das operações. Mudanças bruscas na economia e na política, ocorridas e que podem ocorrer no futuro, têm exigido e continuarão a exigir uma avaliação contínua dos riscos associados com nossas atividades, bem como o correspondente ajuste de nossa estratégia de negócios. Particularmente, a disponibilidade de renda familiar e a elevação dos níveis de emprego são fatores que contribuem para o efetivo crescimento do nosso negócio. Adicionalmente, nossos custos de produção são afetados pela inflação e pelas variações cambiais que afetam o custo dos componentes importados que utilizamos em nossos produtos. O cenário econômico brasileiro nos impacta diretamente sobre a posição financeira e resultado das operações. Mudanças bruscas na economia e na política, ocorridas e que podem ocorrer no futuro, têm exigido e continuarão a exigir uma avaliação contínua dos riscos associados com nossas atividades, bem como o correspondente ajuste de nossa estratégia de negócios. Particularmente, a disponibilidade de renda familiar e a elevação dos níveis de emprego são fatores que contribuem para o efetivo crescimento do nosso negócio.

Nossos resultados operacionais são afetados pelas variações cambiais. A grande maioria de nossas receitas é expressa em reais (sendo uma pequena parcela de nossas receitas de voos internacionais denominadas em outras moedas); porém, parte significativa de nossas despesas operacionais é devida em dólares norte-americanos ou atrelada ao dólar norte-americano, tais como os pagamentos devidos nos termos de nossos contratos de arrendamento operacional de aeronaves, reserva e depósitos relacionados à manutenção e aos custos com combustível e manutenção de aeronaves. Com base em análises estatísticas de nossos dezessete anos de operação, acreditamos que nossas receitas apresentam alta correlação com a taxa de câmbio Real/dólar norte-americano e com os preços de combustível, visto que as flutuações do Real e aumentos dos preços de combustível são geralmente incorporadas às estruturas tarifárias das companhias aéreas brasileiras.

Em 2017, aproximadamente 43,8% (aproximadamente 50% em 2016 e 50% em 2015) de nossas despesas operacionais (incluindo combustível) são expressas em dólares norte-americanos ou atreladas a essa moeda, variando, dessa forma, com a taxa de câmbio Real/dólar norte-americano. Acreditamos que nossos programas de hedge ajudam a nos proteger de oscilações de curto prazo na taxa de câmbio Real/dólar-norte americano e nos preços de combustíveis de aeronaves.

A inflação também teve, e poderá continuar a ter, efeito sobre nossa situação financeira e resultados operacionais.

Em 2017, 52,2% de nossas despesas operacionais (excluindo combustível) foram denominadas em Reais (em 2016, 70,6%, e 74,4% em 2015). Os fornecedores e prestadores de serviços relacionados a estas despesas geralmente tentam aumentar seus preços para refletir a inflação brasileira.

Indicadores Econômicos	2017	2016	2015
Crescimento do PIB	1,0%	-3,5%	-3,5%
Inflação (IGP-M)(1)	-0,52%	7,20%	10,50%
Inflação (IPCA)(2)	2,95%	6,30%	10,70%
Taxa CDI(3)	6,89%	13,60%	14,10%
Taxa LIBOR (4)	1,69%	1,00%	0,60%
Depreciação (apreciação) média do Real vs. Dólar norte-americano	1,50%	-16,50%	41,60%
Taxa de câmbio no final do período	R\$3,3080	R\$3,259	R\$ 3,905
Taxa de câmbio média(5)	R\$3,1925	R\$3,472	R\$ 3,338
Preço do WTI (West Texas intermediate) final do período (por barril)	US\$60,42	US\$53,77	US\$37,04
Aumento (diminuição) do preço final do WTI por barril	12,4%	45,2%	-30,5%
Preço do WTI médio do período (por barril)	US\$50,85	US\$43,31	US\$48,80
Aumento (diminuição) do preço médio do WTI por barril	17,4%	-11,30%	-44,00%

Fontes: Banco Central do Brasil, FGV, IBGE e Bloomberg.

(1) A inflação expressa pelo IGP-M é o índice geral de preços do mercado mensurado pela Fundação Getúlio Vargas;

(2) A inflação expressa pelo IPCA é o índice nacional de preços ao consumidor amplo mensurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

(3) O CDI é o certificado de depósito interbancário (anualizado e acumulado pelos períodos findos);

(4) LIBOR de três meses expressas em dólares norte americanos com a cotação de final de período;

(5) Representa a média das taxas de câmbio de final de período de cada mês.

A tabela a seguir apresenta nossos principais indicadores financeiros e operacionais em 2017, 2016 e 2015:

Informações Operacionais	2017	2016	2015
Passageiros-quilômetro transportados (RPK) (em milhares)	37.230	35.928	38.410
Assento-quilômetro oferecido - ASK (em milhares)	46.694	46.329	49.744
Taxa de ocupação (%)	79,7%	77,5%	77,2%
Yield líquido por passageiro/km (em centavos)	24,67	24,14	22,35
Uso de aeronave (hora-bloco por dia)	12,1	11,2	11,3
Receita operacional por assento-quilômetro oferecido, líquido (em centavos)	22,65	21,30	19,66
Custo operacional por assento-quilômetro disponível (em centavos)	20,53	19,79	20,02
Receita Operacional Líquida (em milhões)	10.576,0	9.867,3	9.778,0
Custo e Despesa Operacional (em milhões)	(9.586,8)	(9.169,5)	(9.957,8)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Margem Operacional (%)	9,4%	7,1%	-1,9%
Lucro (Prejuízo) Líquido (em milhões)	378,2	1.102,4	(4.291,2)
Margem Líquida (%)	3,6%	11,2%	-43,9
EBITDAR (em milhões)	2.434,9	2.141,2	1.336,0
Margem EBITDAR (%)	23,0%	21,7%	13,7%

A tabela abaixo mostra a composição de nossos dados e despesas operacionais com base nos assentos-quilômetro oferecidos em 2017, 2016 e 2015.

Custo por ASK (R\$/centavos)	2017	2016	2015
Com pessoal	(3,66)	(3,58)	(3,18)
Combustíveis e lubrificantes	(6,18)	(5,82)	(6,64)
Arrendamento de aeronaves	(2,01)	(2,15)	(2,21)
Comerciais e publicidade	(1,27)	(1,20)	(1,24)
Tarifas de pouso e decolagem	(1,42)	(1,48)	(1,37)
Gastos com passageiros	(0,94)	(1,00)	-
Prestação de serviços	(1,87)	(1,63)	(2,05)
Manutenção e reparo	(0,79)	(1,28)	(1,21)
Depreciação e amortização	(1,08)	(0,97)	(0,84)
Outras	(1,31)	(0,69)	(1,27)
Custo por ASK (CASK)	(20,53)	(19,79)	(20,02)
Custo por ASK excluindo combustíveis (CASK ex-comb.)	(14,35)	(13,97)	(13,38)

Comparação dos resultados operacionais e financeiros nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

Nosso lucro operacional em 2017 foi de R\$989,8 milhões, comparado a um lucro operacional de R\$696,5 milhões em 2016 e a um prejuízo operacional de R\$183,8 milhões em 2015. A reversão do prejuízo em lucro operacional deve-se, resumidamente, ao aumento na receita líquida, redução dos custos operacionais e ao nosso plano de reestruturação financeira e de frota. Nossa margem operacional em 2017 foi de 9,4%, um avanço frente à margem de 7,1% em 2016 e à margem operacional negativa de 1,9% em 2015. Em 2017 registramos lucro líquido de R\$ 378,2 milhões, em comparação ao lucro líquido de R\$1.102,4 milhões em 2016 e prejuízo líquido R\$4.291,2 milhões em 2015.

Receitas Operacionais Líquidas

As receitas operacionais líquidas de 2017 aumentaram em 7,2% e atingiram R\$10.576,0 milhões. Em 2016 foram de R\$9.867,3 milhões aumento de 0,9% frente aos R\$9.778,0 milhões receita líquida de passageiros de 2015.

Em 2017, nossa receita operacional por assento-quilômetro oferecido ("RASK") apresentou um aumento de 6,3%, saindo dos R\$21,30 centavos em 2016 para R\$22,65 centavos em 2017. Em 2016, nossa receita operacional por assento-quilômetro oferecido ("RASK") apresentou um aumento de 8,3%, saindo dos R\$19,66 centavos em 2015 para R\$21,30 centavos em 2016.

Receitas Operacionais de Passageiros

A receita operacional de passageiro aumentou 5,9% em 2017, registrando R\$9.185,8 milhões. Em 2016, apresentou aumento de 1,0%, registrando R\$ 8.671,4 milhões, comparado à redução de 5,1%, atingindo R\$8.583,4 milhões em 2015.

Nossa receita por passageiro por assento-quilômetro oferecido ("PRASK") totalizou R\$19,67 centavos, um aumento de 5,1% frente aos R\$18,72 centavos de 2016 que aumentou 8,5% em relação aos R\$17,26 centavos registrados em 2015. O resultado foi impactado pela melhora da atividade econômica.

Receitas Auxiliares (receita de cargas e outras receitas)

As receitas auxiliares aumentaram 16,2% no ano de 2017 e registraram R\$1.390,2 milhões. O contínuo aumento da receita é resultado da demanda por voos por conta da retomada econômica, além das taxas de remarcação, reembolso e cancelamento de passagens, também pelas receitas advindas do "GOL+ Conforto" no mercado doméstico e da venda de assentos "GOL+ Conforto" nos voos internacionais e, ainda, refletindo o aumento do foco nos serviços de carga.

Em 2016, as receitas auxiliares apresentaram um aumento de 0,1% frente ao mesmo período do ano anterior, saindo de R\$1.194,6 milhões em 2015 para R\$1.195,9 milhões. O aumento da receita é proveniente de taxas de remarcação, reembolso, cancelamento de passagens, receitas advindas da melhoria do produto "GOL+ Conforto" no mercado doméstico e da venda de assentos "GOL+ Conforto" nos voos internacionais e, ainda, refletindo o aumento do foco nos serviços de carga.

Custos e Despesas Operacionais

Em 2017, os custos e despesas operacionais totalizaram R\$9.586,8 milhões, aumento de 4,6% em relação ao ano anterior, principalmente: (i) aumento do preço de querosene no Brasil em 8,1% (ii) aumento da compra de produtos e passagens de empresas parceiras a serem resgatados no programa Smiles (iii) devido ao custo não recorrente com baixa de imobilizado ocorridos em 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2016, os custos e despesas operacionais totalizaram R\$9.169,5 milhões, uma redução de 7,9% em relação ao ano anterior, principalmente: (i) redução do preço de querosene no Brasil em 8,7% e ao menor consumo de combustível em litros, (ii) à redução em gastos com propaganda e publicidade, (iii) à redução dos contratos de arrendamento de aeronaves, parcialmente compensada pela depreciação média do Real frente ao Dólar (iv) redução dos gastos com depreciação e amortização.

Em 2015, os custos e despesas operacionais totalizaram R\$9.957,8 milhões, um aumento de 4,2% em relação ao ano anterior, principalmente: (i) aumento nos salários dos colaboradores a partir do dissídio da categoria, (ii) pela apreciação cambial média de 41,6%, (iii) ao aumento em gastos com propaganda e publicidade, (iv) a nova metodologia de cálculo para tarifas aeroportuárias nos aeroportos da Infraero, (v) com serviços de informática nas bases nacionais e internacionais; e (vi) menor ocorrência de ganhos em operações de sale leaseback em 2015.

Salários e benefícios com pessoal no ano de 2017 registrou R\$1.708,1 milhões, uma alta de 3,1% frente ao ano anterior devido ao maior custo proveniente do reajuste salarial. Em 2016 foi de R\$1.656,8 milhões, superior em 5% ao ano de 2015, referente ao aumento nos salários dos colaboradores a partir do dissídio da categoria.

Os custos com combustíveis e lubrificantes em 2017 apresentaram R\$2.887,7 milhões, aumento de 7,1%, devido, principalmente, ao maior preço médio por litro de combustível em reais compensado pela desvalorização do dólar americano ante o Real de 8,5%.

Em 2016 apresentaram R\$2.695,4 milhões, queda de 18,4%, devido, principalmente, ao menor preço médio por litro de combustível em reais que foi parcialmente beneficiado pela queda dos preços internacionais (jet fuel) de 18,6% contra o mesmo período de 2015, porém impactado pela apreciação média do Real em 16,5% contra o dólar.

Em 2015, foi de R\$3.301,4 milhões, uma queda de 14,1% frente a 2014 devido principalmente ao menor preço médio por litro de combustível em reais que foi parcialmente beneficiado pela queda dos preços internacionais (jet fuel) de 44,0% contra o mesmo período de 2014, porém impactado pela depreciação média do Real em 41,6% contra o dólar.

A despesa com arrendamento de aeronaves registrou R\$939,7 milhões em 2017, redução de 5,7% frente a 2016, principalmente devido à redução dos contratos de arrendamento de aeronaves realizada durante 2017, e parcialmente impactado de forma positiva pela apreciação do Real.

Em 2016, registrou R\$996,9 milhões em 2016, redução de 9,4% frente a 2015, principalmente devido à redução dos contratos de arrendamento de aeronaves em 2016, e parcialmente impactado de forma positiva pela apreciação do Real.

Em 2015, foi de R\$1.100,1 milhões, um aumento de 30,3% frente aos R\$844,6 milhões de 2014, principalmente devido à renegociação de contratos de leasings ocorridas ao final de 2014, porém parcialmente impactado de forma negativa pela depreciação do Real.

As despesas com vendas e marketing de 2017 apresentaram R\$590,8 milhões no ano ou aumento de 6,3%, devido, aumento com incentivos à vendas e com a campanha #NOVAGOL.

Em 2016 apresentaram R\$556,0 milhões no ano ou queda de 9,9%, devido, principalmente à redução com perdas em canais de vendas diretas e menor comissão para agências de viagem.

Em 2015 foi de R\$617,4 milhões, 7,5% inferior a 2014, referente queda de R\$116,9 milhões de perdas nos canais de vendas direta. No entanto, a queda foi parcialmente impactada pelo aumento de propaganda e publicidade em R\$40,2 milhões.

As despesas com tarifas de pouso e decolagens em 2017 foi R\$664,2 milhões, inferior em 3,4% a 2016, principalmente devido à racionalização da malha aérea e à redução de 4,2% no volume de decolagens, parcialmente compensado pelo aumento das taxas nos aeroportos.

Em 2016 foi R\$687,4 milhões, superior em 0,9% a 2015, principalmente devido à composição da malha aérea e à redução de 19,5% no volume de decolagens, parcialmente compensado pelo aumento das taxas nos aeroportos.

Em 2015 foi de R\$681,4 milhões, superior em 11,1% a 2014, devido à nova metodologia de cálculo para tarifas aeroportuárias nos aeroportos da Infraero, sendo R\$19,3 milhões em tarifa de pouso e R\$51,0 milhões em auxílio navegação.

As despesas com gastos de passageiros registraram R\$437,0 milhões em 2017, com redução de 5,4% frente a 2016, principalmente devido reembolso de passagens, acomodações e diárias provenientes de cancelamentos de voos.

Em 2016 registraram R\$461,8 milhões, com redução de 4,1% frente a 2015. Em 2015 registraram R\$481,8 milhões, com aumento de 16,2% frente a 2014.

As despesas com prestação de serviços registraram R\$874,7 milhões em 2017, com alta de 16,1% frente a 2016, principalmente devido pelo aumento da compra de produtos e passagens de empresas parceiras a serem resgatados no programa Smiles.

Em 2016, registraram R\$753,5 milhões em 2016, com alta de 11,1% frente a 2015, principalmente, principalmente devido às consultorias para o plano de reestruturação da frota, compensado pela redução das despesas com outras empresas de consultoria.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No ano de 2015, foi de R\$678,1 milhões, superior em 57,0% ao resultado de 2014, devido ao aumento (i) serviços de informática nas bases nacionais e internacionais, (ii) reajuste contratual com empresas terceiras referente ao adicional regulatório de periculosidade nos serviços de rampa, (iii) custos com compras de produtos Smiles e (iv) aumento na quantidade de passagens compradas com congêneres que será revertida em receita no futuro em cerca de R\$89,6 milhões.

As despesas com manutenção, materiais e reparos registraram em 2017 R\$368,7 milhões, uma redução de 37,8% frente a 2016, devido a maior eficiência nos processos de manutenção, a redução na capitalização dos custos de manutenção de APU's e trens de pouso, e menos custos com checks para devolução de aeronaves.

Em 2016 R\$593,1 milhões, uma redução de 1,8% frente a 2015, devido ao menor número de reparos em motores, porém parcialmente compensado pelos custos relacionados à devolução antecipada de aeronaves e à taxa de câmbio 4,7% mais alta.

Em 2015, foi de R\$603,9 milhões, um aumento de 18,2% frente aos R\$ 511,8 milhões de 2014, devido ao calendário de manutenção das aeronaves com menor número de motores, em contrapartida, foi impactado pela depreciação do Real frente ao Dólar.

As despesas com depreciação e amortização registraram R\$505,4 milhões em 2017, ou aumento de 12,9% na comparação anual devido à depreciação da manutenção dos motores capitalizados desvalorização do Real frente ao Dólar médio em 1,5%.

Em 2016 registraram R\$447,7 milhões, ou aumento de 6,7% na comparação anual, em função da redução na vida útil de peças de reposição de 25 para 18 anos e depreciação do Real frente ao Dólar médio em 4,7%, parcialmente compensado pela redução da frota.

Em 2015, totalizaram R\$419,7 milhões, uma redução de 9,4% quando comparado a 2014, em função da menor quantidade de motores capitalizados no período conforme cronograma de manutenção, aliado ao término da depreciação de alguns motores ao longo de 2015.

Outras despesas operacionais (compostas principalmente por diárias, despesas de viagem e hospedagem de tripulação, despesas diretas com passageiros, locação de equipamentos e despesas gerais e administrativas) em 2017, registraram R\$610,3 milhões no ano, 90,2% maior frente a 2016, principalmente devido aos ganhos não recorrentes com a devolução antecipada de aeronaves em arrendamento financeiro, parcialmente compensados pelas despesas não recorrentes com a devolução antecipada de aeronaves em arrendamento financeiro ocorridas no ano de 2016.

Em 2016, registraram R\$320,9 milhões no ano, 35,0% menor frente a 2015, principalmente devido aos ganhos não recorrentes com a devolução antecipada de aeronaves em arrendamento financeiro, parcialmente compensados pelas despesas não recorrentes com a devolução antecipada de aeronaves em arrendamento financeiro.

Em 2015, totalizaram R\$493,6 milhões, 24,5% superior aos R\$396,5 milhões de 2014, principalmente pelos: (i) menor crédito tributário apurado, (ii) condenações cíveis e trabalhistas e (iii) com menor ocorrência de ganhos em operações de sale leaseback em 2015.

Resultado financeiro

Em 2017, o resultado financeiro líquido registrou R\$918,8 milhões negativos, frente aos R\$664,9 milhões positivos em 2016. Em 2016, a GOL contabilizou ganhos com variações cambiais de R\$1,4 bilhão, enquanto que em 2017 foram contabilizadas perdas com variações cambiais de R\$81,7 milhões.

Em 2016, o resultado financeiro líquido registrou R\$664,9 milhões, frente aos R\$3.263,3 milhões negativos em 2015. A variação na comparação anual deve-se, principalmente, pela apreciação do Real frente ao dólar final de período, que variou de R\$3,9048 em 31 de dezembro de 2015 para R\$3,2591 em 31 de dezembro de 2016, gerando um impacto negativo no resultado de R\$2.267,0 milhões em 2015.

Em 2015, o resultado financeiro líquido registrou R\$3.263,3 milhões negativos, frente aos R\$1.457,6 milhão negativos em 2014. O aumento no ano deve-se, principalmente, pela variação cambial líquida de R\$2.267,0 milhões em decorrência da desvalorização do Real e também uma perda cambial de R\$423,8 milhões no caixa devido na Venezuela, em virtude da adoção da taxa de câmbio prevalecente no mercado (SIMAD) de BS200 contra taxas CADIVI (BS6,30) e SICADI (BS11,50) adotadas anteriormente.

Tributação sobre a renda.

O imposto de renda de 2017 foi de R\$307,2 milhões, representando variação de R\$566,3 milhões frente ao registrado em 2016. O resultado deve-se, principalmente, devido ao acréscimo de R\$547,1 milhões de imposto de renda diferido.

O imposto de renda de 2016 foi de R\$259,1 milhões negativos, representando em um aumento de R\$585,0 milhões frente ao registrado em 2015. O resultado deve-se, principalmente, às despesas com impostos da subsidiária Smiles.

O imposto de renda de 2015 foi de R\$844,1 milhões negativos, representando em um aumento de R\$679,5 milhões frente ao registrado em 2014. O resultado foi impactado, principalmente, pelo ajuste de imposto de renda diferido dos créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social que foram registrados, baseados na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros da controladora e de suas controladas, observadas as limitações legais. As projeções foram preparadas com base no plano de negócio e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 18 de fevereiro de 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Demonstração de Resultado (R\$000)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2017							
	2017	A.V%	2016	A.V%	2015	A.V%	2017/2016	2016/2015
Receita líquida								
Transporte de passageiros	9.185.805	86,86%	8.671.442	87,88%	8.583.388	87,78%	5,93%	1,03%
Transporte de cargas e outras	1.390.217	13,14%	1.195.893	12,12%	1.194.619	12,22%	16,25%	0,11%
	10.576.022	100,00%	9.867.335	100,00%	9.778.007	100,00%	7,18%	0,91%
Custo dos serviços prestados	(7.681.376)	-72,63%	(7.610.920)	-76,60%	(8.260.356)	-84,48%	1,63%	-8,50%
Lucro bruto	2.894.646	27,37%	2.256.415	23,40%	1.517.651	15,52%	25,35%	52,16%
Receitas (despesas) operacionais								
Despesas comerciais	(922.298)	-8,72%	(989.269)	-10,18%	(1.041.041)	-10,65%	-8,18%	-3,51%
Despesas administrativas	(976.065)	-9,23%	(671.869)	-7,19%	(682.140)	-6,98%	37,58%	4,01%
Outras receitas operacionais	(7.072)	-0,07%	102.548	1,04%	25.695	0,26%	-106,90%	299,10%
	(1.905.435)	-18,02%	(1.558.590)	-16,33%	(1.697.486)	-17,36%	18,25%	-5,07%
Resultado de equivalência patrimonial	544	0,01%	(1.280)	-0,01%	(3.941)	-0,04%	n.m.	-67,52%
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	989.755	9,36%	696.545	7,06%	(183.777)	-1,88%	42,09%	n.m.
Receitas Financeiras	213.446	2,02%	568.504	5,76%	332.567	3,40%	-62,45%	70,94%
Despesas Financeiras	(1.050.461)	-9,93%	(1.271.564)	-12,89%	(1.328.891)	-13,59%	-17,39%	-4,31%
Variação cambial, líquida	(81.744)	-0,77%	1.367.937	13,86%	(2.266.999)	-23,18%	n.m.	n.m.
	(918.759)	-8,69%	664.877	6,74%	(3.263.323)	-33,37%	n.m.	n.m.
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	70.996	0,67%	1.361.422	13,80%	(3.447.100)	-35,25%	-94,79%	n.m.
Imposto de renda e contribuição social correntes	(239.846)	-2,27%	(257.944)	-2,61%	(196.140)	-2,01%	-94,79%	31,51%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	547.059	5,17%	(1.114)	-0,01%	(648.000)	-6,63%	n.m.	-99,83%
	307.213	2,90%	(259.058)	-2,63%	(844.140)	-8,63%	n.m.	-69,31%
Lucro (prejuízo) líquido (prejuízo) do exercício	378.209	3,58%	1.102.364	11,17%	(4.291.240)	-43,89%	-65,69%	n.m.

Endividamento

O total de empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$7.105,7 milhões - incluindo leasing financeiro de aeronaves, aumento de 11,4% contra 2016. No ano, a Companhia amortizou R\$1.220,7 milhões de dívidas, sendo R\$981,6 milhões através da amortização de dívidas financeiras e R\$239,1 milhões através de arrendamentos financeiros em 2017. Em 2016 as captações totalizaram R\$2.468,5 milhões, compostas, principalmente, de R\$1.440,0 milhão referente a emissão de empréstimo de longo prazo com terceiros, R\$1.050,0 milhão em emissão da 6ª série de debêntures (com recursos sendo utilizados exclusivamente para o resgate total antecipado das 4 e 5ª emissões) também ocorridas no terceiro trimestre do ano.

Em 11 de dezembro de 2017, a Companhia por meio de sua controlada Gol Finance (anteriormente chamada de GOL LuxCo S.A.), emitiu uma série de bônus sênior com vencimento em 2025, no valor de R\$1.642.000 (US\$500.000 na data da captação), com custos de emissão de R\$45.172 (US\$ 17.283 na data da captação). Os Bônus Sênior tem como garantia o aval da Companhia com pagamento de juros semestrais de 7.00% a.a. Os recursos captados tem o propósito de serem utilizados para recompra de outros Bônus e para propósitos corporativos em geral.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Liquidez

Em 31 de dezembro de 2017, o caixa total, incluindo aplicações financeiras e caixa restrito, totalizou R\$2.250,5 milhões. Os recebíveis de curto prazo totalizavam R\$936,5 milhões, compostos em sua grande maioria por vendas de passagens com cartão de crédito e contas a receber de agências de viagem e de transporte de cargas.

Em 31 de dezembro de 2016, o caixa total, incluindo aplicações financeiras e caixa restrito, totalizou R\$1.162,2 milhões, equivalente a 19,5% da receita líquida dos últimos doze meses. Os recebíveis de curto prazo totalizavam R\$760,2 milhões, compostos em sua grande maioria por vendas de passagens com cartão de crédito e contas a receber de agências de viagem e de transporte de cargas.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia reavaliou a expectativa de repatriação dos saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa na sucursal venezuelana à taxa de câmbio originalmente estipulada. Em virtude do agravamento no cenário político e econômico na Venezuela durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia acredita que o caixa mantido na sucursal Venezuela de BS 728.297 apresenta baixa expectativa de repatriação às taxas CADIVI (BS6,30) e SICADI (BS11,50). Dessa forma, a Companhia reconheceu perdas estimadas com base na taxa de câmbio prevalecente no mercado (SIMAD) de BS200 por dólar norte-americano. Como resultado desta desvalorização, o saldo de caixa registrado na Venezuela em 31 de dezembro de 2015 era de R\$14.312.

Análise comparativa do Balanço Patrimonial - Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

Balanços Patrimoniais (R\$MM)	2017	AV	2016	AV	Var 17/16
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	1.026,86	30,70%	562,21	27,02%	82,65%
Aplicações financeiras	955,59	28,57%	431,23	20,73%	121,60%
Contas a receber	936,48	28,00%	760,24	36,54%	23,18%
Estoques	178,49	5,34%	182,59	8,78%	-2,25%
Impostos a recuperar	83,21	2,49%	27,29	1,31%	204,91%
Direitos com operações de derivativos	40,65	1,22%	3,82	0,18%	964,14%
Outros créditos	123,72	3,70%	113,35	5,45%	9,15%
Total do ativo circulante	3.345,00	33,43%	2.080,71	24,76%	60,76%
Não circulante					
Depósitos	1.163,76	17,47%	1.188,99	18,80%	-2,12%
Caixa restrito	268,05	4,02%	168,77	2,67%	58,84%
Impostos a recuperar	7,05	0,11%	72,06	1,14%	-90,22%
Impostos diferidos	276,51	4,15%	107,16	1,69%	158,06%
Outros créditos	-	-	4,71	0,07%	-
Investimentos	1,3	0,02%	17,22	0,27%	-92,45%
Imobilizado	3.195,77	47,99%	3.025,01	47,84%	5,64%
Intangível	1.747,29	26,24%	1.739,72	27,51%	0,44%
Total do ativo não-circulante	6.659,75	66,57%	6.323,64	75,24%	5,32%
Total do ativo	10.004,75	100,00%	8.404,36	100,00%	19,04%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Balanços Patrimoniais (R\$MM)	2017	AV	2016	AV	Var 17/16
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	1.162,87	20,22%	835,29	17,23%	39,22%
Fornecedores	1.249,12	21,72%	1.097,99	22,67%	13,66%
Fornecedores – Risco Sacado	78,42	1,36%	-	-	-
Obrigações trabalhistas	305,45	5,31%	283,52	5,85%	7,73%
Obrigações fiscais	134,95	2,35%	146,17	3,01%	-7,68%
Taxas e tarifas aeroportuárias	365,65	6,36%	239,57	4,94%	52,63%
Transportes a executar	1.456,94	25,34%	1.185,95	24,46%	22,85%
Programa de milhagem	765,11	13,31%	781,71	16,12%	-2,12%
Adiantamentos de clientes	21,72	0,38%	16,82	0,35%	29,13%
Provisões	46,56	0,81%	66,50	1,37%	-29,98%
Obrigações com operações de derivativos	34,46	0,60%	89,21	1,84%	-61,37%
Arrendamento operacional	28,39	0,49%	7,23	0,15%	292,67%
Outras obrigações	100,40	1,75%	98,77	2,04%	1,65%
Total do passivo circulante	5.750,05	57,47%	4.848,74	57,69%	18,59%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	5.942,80	81,15%	5.543,93	80,20%	7,19%
Fornecedores	222,03	3,03%	13,52	0,20%	1542,23%
Provisões	562,63	7,68%	723,71	10,47%	-22,26%
Programa de milhagem	188,20	2,57%	219,33	3,17%	-14,19%
Impostos diferidos	188,01	2,57%	338,02	4,89%	-44,38%
Obrigações fiscais	66,20	0,90%	42,80	0,62%	54,67%
Arrendamentos operacionais	110,72	1,51%	-	-	-
Outras obrigações	43,07	0,59%	31,06	0,45%	38,67%
Total do passivo não circulante	7.323,65	73,20%	6.912,36	82,25%	5,95%
Patrimônio líquido negativo					
Capital social	3.082,80	-100,45%	3.080,11	-91,76%	0,09%
Custo com emissão de ações	(155,62)	5,07%	(155,62)	4,64%	0,00%
Ações em tesouraria	(4,17)	0,14%	(13,37)	0,40%	-68,81%
Reserva de capital	88,76	-2,89%	91,40	-2,72%	-2,89%
Ajustes de avaliação patrimonial	(79,32)	2,58%	(147,23)	4,39%	-46,13%
Remuneração baseada em ações	119,31	-3,89%	113,92	-3,39%	4,73%
Efeitos em alteração de participação societária	760,55	-24,78%	693,25	-20,65%	9,71%
Prejuízos acumulados	(7.293,27)	237,65%	(7.312,46)	217,84%	-0,26%
Patrimônio líquido negativo atribuível aos acionistas controladores	(3.480,96)	113,43%	(3.650,00)	108,74%	-4,63%
Participação de acionistas não controladores da Smiles	412,01	-13,43%	293,25	-8,74%	40,50%
Total do patrimônio líquido negativo	(3.068,95)	-30,67%	(3.356,75)	-39,94%	-8,57%
Total Passivo e Patrimônio Líquido negativo	10.004,75	100,00%	8.404,36	100,00%	19,04%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Ativo****Caixa e equivalentes de caixa**

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo do caixa total, incluindo aplicações financeiras e caixa restrito, totalizou R\$2.250,5 milhões, comparado a R\$1.162,2 milhões em 31 de dezembro de 2016. O aumento de 93,6% refere-se, principalmente, à forte geração de caixa operacional no ano e dos recursos provenientes da emissão dos Senior Notes 2025.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de recebíveis totalizou R\$ 936,5 milhões, comparado a R\$760,2 milhões em 31 de dezembro de 2016. O aumento de R\$ 176,2 milhões, ou 23,2%, está detalhado no quadro abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Moeda nacional		
Administradoras de cartões de crédito	455,0	345,8
Agências de viagens	307,1	228,1
Agências de cargas	39,2	42,0
Companhias aéreas parceiras	3,8	4,2
Outros (*)	43,9	66,8
	849,0	686,7
Moeda estrangeira		
Administradoras de cartões de crédito	67,5	49,1
Agências de viagens	9,8	16,3
Agências de cargas	0,8	2,2
Companhias aéreas parceiras	47,7	31,2
Outros	0,4	8,8
	126,2	107,7
	975,2	794,4
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(38,7)	(34,2)
	936,5	760,2

Estoques

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de estoques totalizou R\$178,5 milhões, comparado a R\$182,6 milhões em 31 de dezembro de 2016. A redução de R\$4,1 milhões, ou 2,2%, está detalhada no quadro abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Materiais de consumo	28,0	27,3
Peças e materiais de manutenção	162,4	160,9
Outros	0,6	6,9
Provisão para obsolescência	(12,5)	(12,4)
	178,5	182,6

Imposto de renda a recuperar

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de impostos a recuperar totalizou R\$90,3 milhões, comparado a R\$99,3 milhões em 31 de dezembro de 2016. O aumento se deu principalmente pelo reconhecimento de imposto de renda diferido dos créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social que foram registrados, baseados na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros da controladora e de suas controladas, observadas as limitações legais. As projeções foram preparadas com base no plano de negócio e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 31 de janeiro de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Antecipações e IRPJ e CSLL a recuperar	66,8	51,2
IRRF	7,3	9,6
PIS e COFINS	0,4	16,9
Retenção de impostos de órgãos públicos	6,1	8,1
Imposto de valor agregado recuperável - IVA	5,4	12,0
Outros	4,2	1,4
Total	90,3	99,3
Circulante	83,2	27,3
Não circulante	7,0	72,1

Direito de operações em derivativos

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo na conta de direito de operações em derivativos totalizou R\$40,6 milhões, comparado a R\$3,8 milhões em 31 de dezembro de 2016. O aumento em R\$36,8 milhões, ou 964,9%, refere-se, principalmente, ao aumento das operações de hedge em geral contratadas vigentes entre os períodos.

Passivo**Empréstimos e financiamentos**

Em 31 de dezembro de 2017, os empréstimos e financiamentos do passivo circulante e não circulante totalizam R\$7.105,7 milhões, comparado a R\$6.379,2 milhões em 31 de dezembro de 2016. O aumento em R\$726,5 milhões, ou 11,4%, refere-se, principalmente, pela emissão dos Senior Notes 2025 que tem o propósito de serem utilizados para recompra de outros Bônus e para propósitos corporativos em geral.

Transportes a executar

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de transportes a executar totalizou R\$1.456,9 milhões, comparado a R\$1.186,0 milhões em 31 de dezembro de 2016. O aumento de 22,9% deve-se, principalmente a 4.964.925 cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados (4.447.824 em 31 de dezembro de 2016) com prazo médio de utilização de 48 dias (46 dias em 31 de dezembro de 2016).

Programa de milhagem

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de receita diferida do programa de milhagem Smiles totalizou R\$ 765,1 milhões, comparado a R\$781,7 milhões em 31 de dezembro de 2016. A redução em R\$16,6 milhões, ou 2,1%, refere-se, principalmente, ao aumento da quantidade de milhas em aberto correspondia a 4.964.925 (4.447.824 em 31 de dezembro de 2016).

Patrimônio Líquido

Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	2017	2016
Capital social	3.082,8	3.080,1
Custo com emissão de ações	(155,6)	(155,6)
Ações em tesouraria	(4,2)	(13,4)
Reserva de capital	88,8	91,4
Ajustes de avaliação patrimonial	(79,3)	(147,2)
Remuneração baseada em ações	119,3	113,9
Efeitos em alteração de participação societária	760,5	693,2
Prejuízos acumulados	(7.293,3)	(7.312,5)
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto) atribuível aos acionistas controladores	(3.481,0)	(3.650,0)
Participação de acionistas não controladores	412,0	293,8
Total patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	(3.069,0)	(3.356,8)

Ajuste de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo na conta de ajuste de avaliação patrimonial totalizou R\$79,3 milhões, comparado a R\$147,2 milhões em 31 de dezembro de 2016. A redução em R\$67,9 milhões, ou 46,1%, refere-se, principalmente, a

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

contrapartida dos ativos e passivos descritos acima como operações em derivativos. A marcação a valor justo dos instrumentos financeiros designados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", líquido dos efeitos tributários.

Análise comparativa do Balanço Patrimonial - Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

Balanços Patrimoniais (R\$MM)	2016	AV	2015	AV	Var 16/15
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	562,20	27,02%	1.072,33	43,56%	-47,57%
Aplicações financeiras	431,23	20,73%	491,72	19,98%	-12,30%
Caixa restrito	-	-	59,32	2,41%	-
Contas a receber	760,23	36,54%	462,62	18,79%	64,33%
Estoques	182,58	8,77%	199,23	8,09%	-8,36%
Impostos a recuperar	27,28	1,31%	58,07	2,36%	-53,02%
Direitos com operações de derivativos	3,81	0,18%	1,76	0,07%	116,48%
Outros créditos	113,34	5,45%	116,94	4,75%	-3,08%
Total do ativo circulante	2.080,71	24,76%	2.461,56	23,74%	-15,47%
Não circulante					
Depósitos	1.188,99	18,80%	1.020,07	12,90%	16,56%
Caixa restrito	168,76	2,67%	676,08	8,55%	-75,04%
Impostos a recuperar	72,06	1,14%	73,38	0,93%	-1,80%
Impostos diferidos	107,15	1,69%	107,78	1,36%	-0,58%
Outros créditos	4,71	0,07%	39,86	0,50%	-88,18%
Investimentos	17,22	0,27%	18,42	0,23%	-6,51%
Imobilizado	3.025,01	47,84%	4.256,61	53,83%	-28,93%
Intangível	1.739,71	27,51%	1.714,60	21,69%	1,46%
Total do ativo não-circulante	6.323,64	75,24%	7.906,83	76,26%	-20,02%
Total do ativo	8.404,35	100,00%	10.368,39	100,00%	-18,94%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Balancos Patrimoniais (R\$MM)	2016	AV(1)	2015	AV(1)	Var 16/15 (2)
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	835,29	17,23%	1.396,62	25,20%	-40,19%
Fornecedores	1.097,99	22,64%	900,68	16,25%	21,91%
Obrigações trabalhistas	283,52	5,85%	250,63	4,52%	13,12%
Obrigações fiscais	146,17	3,01%	118,95	2,15%	22,88%
Taxas e tarifas aeroportuárias	239,56	4,94%	313,65	5,66%	-23,62%
Transportes a executar	1.185,94	24,46%	1.206,65	21,77%	-1,72%
Programa de milhagem	781,70	16,12%	770,41	13,90%	1,47%
Adiantamentos de clientes	16,82	0,35%	13,45	0,24%	25,06%
Provisões	66,50	1,37%	206,70	3,73%	-67,83%
Obrigações com operações de derivativos	89,21	1,84%	141,44	2,55%	-36,93%
Outras obrigações	106,00	2,19%	222,77	4,02%	-52,42%
Total do passivo circulante	4.848,74	57,69%	5.542,01	53,45%	-12,51%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	5.543,930	80,20%	7.908,30	86,44%	-29,90%
Provisões	723,713	10,47%	663,57	7,25%	9,06%
Programa de milhagem	219,325	3,17%	221,24	2,42%	-0,87%
Impostos diferidos	338,020	4,89%	245,36	2,68%	37,76%
Obrigações fiscais	42,803	0,62%	39,05	0,43%	9,61%
Outras obrigações	44,57	0,64%	71,31	0,78%	-37,50%
Total do passivo não circulante	6.912,36	82,25%	9.148,83	88,24%	-24,45%
Patrimônio líquido negativo					
Capital social	3.080,11	-91,76%	3.080,11	-71,26%	0,00%
Custo com emissão de ações	(155,618)	4,64%	(155,22)	3,59%	0,26%
Ações em tesouraria	(13,371)	0,40%	(22,69)	0,52%	-41,07%
Reserva de capital	91,39	-2,72%	98,86	-2,29%	-7,56%
Ajustes de avaliação patrimonial	(147,22)	4,39%	(178,93)	4,14%	-17,72%
Remuneração baseada em ações	113,91	-3,39%	103,12	-2,39%	10,46%
Efeitos em alteração de participação societária	693,25	-20,65%	690,37	-15,97%	0,42%
Prejuízos acumulados	(7.312,45)	217,84%	(8.162,07)	188,83%	-10,41%
Patrimônio líquido negativo atribuível aos acionistas controladores	(3.649,99)	108,74%	(4.546,46)	105,18%	-19,72%
Participação de acionistas não controladores da Smiles	293,24	-8,74%	224,02	-5,18%	30,90%
Total do patrimônio líquido negativo	(3.356,75)	-39,94%	(4.322,44)	-41,69%	-22,34%
Total Passivo e Patrimônio Líquido negativo	8.404,35	100,00%	10.368,40	100,00%	-18,94%

(1) Análise Vertical

(2) Análise Horizontal

Ativo**Caixa e equivalentes de caixa**

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo do caixa total, incluindo aplicações financeiras e caixa restrito, totalizou R\$1.162,2 milhões, comparado a R\$2.299,5 milhões em 31 de dezembro de 2015. A redução em R\$1.137,3 milhões, ou 49,5%, refere-se, principalmente, ao contas a receber de curto prazo ter totalizado R\$760,2 milhões, compostos em sua grande maioria

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

por vendas de passagens com cartão de crédito e contas a receber de agências de viagem e de transporte de cargas e representou um aumento de 11,7% em relação ao último trimestre.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de recebíveis totalizou R\$760,2 milhões, comparado a R\$462,6 milhões em 31 de dezembro de 2015. O aumento de R\$298,0 milhões, ou 64,3%, está detalhado no quadro abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Moeda nacional		
Administradoras de cartões de crédito	345,8	115,2
Agências de viagens	228,1	248,6
Agências de cargas	41,9	31,9
Companhias aéreas parceiras	4,2	3,1
Outros (*)	66,8	52,7
	686,7	451,5
Moeda estrangeira		
Administradoras de cartões de crédito	49,1	32,7
Agências de viagens	16,3	9,7
Agências de cargas	2,3	0,3
Companhias aéreas parceiras	31,2	18,8
Outros	8,8	-
	107,7	61,5
	794,4	513,0
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(34,2)	(50,4)
	760,2	462,6

Estoques

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de estoques totalizou R\$182,6 milhões, comparado a R\$199,2 milhões em 31 de dezembro de 2015. A redução de R\$16,6 milhões, ou 8,3%, está detalhada no quadro abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Materiais de consumo	27,3	28,7
Peças e materiais de manutenção	160,9	176,8
Outros	6,9	6,2
Provisão para obsolescência	(12,4)	(12,4)
	182,6	199,2

Imposto de renda a recuperar

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de impostos a recuperar totalizou R\$99,3 milhões, comparado a R\$131,5 milhões em 31 de dezembro de 2015. A queda se deu principalmente pelo ajuste de imposto de renda diferido dos créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social que foram registrados, baseados na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros da controladora e de suas controladas, observadas as limitações legais. As projeções foram preparadas com base no plano de negócio e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 18 de fevereiro de 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Antecipações e IRPJ e CSLL a recuperar	51,2	78,8
IRRF	9,6	6,8
PIS e COFINS	16,9	17,5
Retenção de impostos de órgãos públicos	8,1	14,4
Imposto de valor agregado recuperável - IVA	12,0	11,3
Outros	1,4	2,8
Total	99,3	131,5
Circulante	27,3	58,1
Não circulante	72,0	73,4

Direito de operações em derivativos

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo na conta de direito de operações em derivativos totalizou R\$3,8 milhões, comparado a R\$1,8 milhão em 31 de dezembro de 2015. O aumento em R\$2,0 milhões, ou 111,11%, refere-se, principalmente, ao aumento das operações de hedge em geral contratadas vigentes entre os períodos.

Passivo**Empréstimos e financiamentos**

Em 31 de dezembro de 2016, os empréstimos e financiamentos circulante e não circulante totalizam R\$6.379,2 milhões, comparado a R\$9.304,9 milhões em 31 de dezembro de 2015. A redução em R\$2.925,7 milhões, ou 31,4%, refere-se, principalmente, pela valorização do Real frente ao dólar no período.

Transportes a executar

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de transportes a executar totalizou R\$1.185,9 milhões, comparado a R\$1.206,7 milhões em 31 de dezembro de 2015. A redução de 1,7% deve-se, principalmente a 4.447.824 cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados (4.464.876 em 31 de dezembro de 2015) com prazo médio de utilização de 46 dias (36 dias em 31 de dezembro de 2015).

Programa de milhagem

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de receita diferida do programa de milhagem Smiles totalizou R\$781,7 milhões, comparado a R\$770,4 milhões em 31 de dezembro de 2015. O aumento em R\$11,3 milhões, ou 1,5%, refere-se, principalmente, ao aumento da quantidade de milhas em aberto correspondia a 4.447.824 (4.464.876 em 31 de dezembro de 2015).

Patrimônio Líquido

	2016	2015
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		
Capital social	3.080,1	3.080,1
Custo com emissão de ações	(155,6)	(155,2)
Ações em tesouraria	(13,4)	(22,7)
Reserva de capital	91,4	98,9
Ajustes de avaliação patrimonial	(147,2)	(178,9)
Remuneração baseada em ações	113,9	103,1
Efeitos em alteração de participação societária	693,2	690,4
Prejuízos acumulados	(7.312,5)	(8.162,1)
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto) atribuível aos acionistas controladores	(3.649,9)	(4.546,5)
Participação de acionistas não controladores	293,4	224,0
Total patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	(3.356,8)	(4.322,4)

Ajuste de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo na conta de ajuste de avaliação patrimonial totalizou R\$147,2 milhões, comparado a R\$178,9 milhões em 31 de dezembro de 2015. A redução em R\$31,7 milhões, ou 17,8%, refere-se, principalmente, a contrapartida dos ativos e passivos descritos acima como operações em derivativos. A marcação a valor justo dos instrumentos financeiros designados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", líquido dos efeitos tributários.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia em 2017, 2016 e 2015

Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A nossa receita líquida total é decorrente da receita de transporte de passageiros e das receitas auxiliares que compreendem as receitas de cargas, do nosso programa de milhagem Smiles, da nossa Venda a Bordo, taxas de remarcação, reembolso e cancelamento de passagens, também pelas receitas advindas do “GOL+ Conforto” no mercado doméstico e da venda de assentos “GOL+ Conforto” nos voos internacionais e, ainda, refletindo o foco nos serviços de carga.

Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nossos resultados operacionais em 2017 foram afetados pelos seguintes fatores-chave:

Aumento da receita operacional: A GOL apresenta uma receita líquida total no ano de R\$ 10.576,0 milhões, 7,2% superior a 2016. Essa variação positiva é reflexo da eficiência operacional da Companhia.

Aumento do estrutural no nosso custo operacional que totalizou R\$9.586,8 milhões, aumento de 4,6% em relação ao ano anterior, principalmente: (i) aumento do preço de querosene no Brasil em 8,1% (ii) aumento da compra de produtos e passagens de empresas parceiras a serem resgatados no programa Smiles (iii) devido ao custo não recorrente com baixa de imobilizado ocorridos em 2016.

Nossos resultados operacionais em 2016 foram afetados pelos seguintes fatores-chave:

Aumento da receita operacional: A GOL apresenta uma receita líquida total no ano de R\$9.867,3 milhões, 0,9% superior a 2015. Essa variação positiva é reflexo da reestruturação da malha aérea realizada em maio de 2016.

Redução do estrutural no nosso custo operacional que totalizou R\$9.169,5 milhões, uma redução de 7,9% em relação ao ano anterior, principalmente: (i) redução do preço de querosene no Brasil em 8,7% e ao menor consumo de combustível em litros, (ii) à redução em gastos com propaganda e publicidade, (iii) à redução dos contratos de arrendamento de aeronaves, parcialmente compensada pela depreciação média do Real frente ao Dólar (iv) redução dos gastos com depreciação e amortização.

Nossos resultados operacionais em 2015 foram afetados pelos seguintes fatores-chave:

Queda da receita operacional: A GOL apresenta uma receita líquida total no ano registrou R\$9.778,0 milhões, 2,9% inferior a 2014. Essa variação negativa é um reflexo pela menor atividade da economia e consequente menor volume de passageiros corporativos.

Aumento do estrutural no nosso custo operacional que totalizou R\$9.957,8 milhões, um aumento de 4,2% em relação ao ano anterior, principalmente: (i) aumento nos salários dos colaboradores a partir do dissídio da categoria, (ii) pela apreciação cambial média de 41,6%, (iii) ao aumento em gastos com propaganda e publicidade, (iv) a nova metodologia de cálculo para tarifas aeroportuárias nos aeroportos da Infraero, (v) com serviços de informática nas bases nacionais e internacionais; e (vi) menor ocorrência de ganhos em operações de sale leaseback em 2015.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Variação da Receita Líquida em 2017

A receita líquida apresentou um crescimento de 7,2% em 2017 na comparação com o ano de 2016. O aumento na receita líquida se deu primordialmente, por conta da reestruturação de sua malha aérea e proveniente da atividade de transporte de passageiros. Além disso, viu-se a nossa receita por passageiro por assento-quilômetro oferecido (“PRASK”) totalizar R\$19,67 centavos, representando um crescimento de 5,1% frente aos R\$18,72 centavos de 2016. Como também, crescimento do RASK Líquido para R\$22,65 centavos em 2016, aumento de 6,3% na comparação com igual período de 2016. Em 2017, 85,5% de nossa receita líquida estava denominada em Reais.

Variação da Receita Líquida em 2016

A receita líquida apresentou um crescimento de 0,9% em 2016 na comparação com o ano de 2015. Em 2016, 85,1% de nossa receita líquida estava denominada em Reais.

O aumento de R\$89,3 milhões na receita líquida se deu primordialmente, por conta da reestruturação de sua malha aérea e proveniente da atividade de transporte de passageiros. Além disso, viu-se a nossa receita por passageiro por assento-quilômetro oferecido (“PRASK”) totalizar R\$18,72 centavos, representando um crescimento de 8,5% frente aos R\$17,26 centavos de 2015. Como também, crescimento do RASK Líquido para R\$21,30 centavos em 2016, aumento de 8,3% na comparação com igual período de 2015.

Variação da Receita Líquida em 2015

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A receita líquida apresentou uma redução de 2,9% em 2015 na comparação com o ano de 2014. Em 2015, 87,8% de nossa receita líquida estava denominada em Reais.

O recuo de R\$288,2 milhões na receita líquida se deu primordialmente, por conta do menor número de passageiros transportadores no ano de 2015 que alcançou 38,9 milhões de pessoas, frente ao 39,7 milhões transportados pela Companhia em 2014. Ainda, refletindo a menor atividade da economia, viu-se a nossa receita por passageiro por assento-quilômetro oferecido ("PRASK") totalizar R\$17,26 centavos, representando uma queda de 5,6% frente aos R\$18,27 centavos de 2014, como consequência de um menor volume de passageiros corporativos.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Preço de combustível: O preço do querosene de aviação varia, tanto no curto quanto no longo prazo, em linha com variações no preço do petróleo cru e de seus derivados, além da variação cambial, tendo em vista que esses desembolsos são precificados em moeda americana.

Em 31 de dezembro de 2017, os gastos com combustível no ano representaram 30,1% dos custos, com um preço por litro médio do querosene de aviação (QAV) atingindo R\$2,09, aumento de 8,1% na comparação com o ano anterior. Nesse período, o custo com combustível apresentou aumento de R\$192,3 milhões, frente ao ano de 2016. A variação nos custos com combustível ocorreu devido, ao maior preço médio por litro de combustível em reais compensado pela desvalorização do dólar americano ante o Real de 8,5%.

Em 31 de dezembro de 2016, os gastos com combustível no ano representaram 29,4% dos custos, com um preço por litro médio do querosene de aviação (QAV) atingindo R\$1,94, um recuo de 8,7% na comparação com o ano anterior. Nesse período, o custo com combustível apresentou redução de R\$606,0 milhões, frente ao ano de 2015. A variação nos custos com combustível ocorreu devido, principalmente, à redução do preço de querosene no Brasil em 8,7% na comparação anual e ao menor consumo de combustível em litros em 10,6%.

Em 31 de dezembro de 2015, os gastos com combustível no ano representaram 33,2% dos custos, com um preço por litro médio do querosene de aviação (QAV) atingindo R\$2,13, um recuo de 14,8% na comparação com o ano anterior. Nesse período, o custo com combustível apresentou redução de R\$540,9 milhões, frente ao ano de 2014. A variação nos custos com combustível pode ser explicada, principalmente, pelo menor preço médio por litro de combustível em reais que foi parcialmente beneficiado pela queda dos preços internacionais (jet fuel) de 44,0%, porém impactado pela depreciação média do Real em 41,6% contra o dólar.

Tarifas: Temos a permissão de estabelecer nossas próprias tarifas domésticas sem aprovação prévia do governo e de oferecer descontos em seus preços ou seguir outras atividades promocionais. Em 2017, o yield, principal indicador de tarifas utilizado pelo setor, que representa o valor médio pago para voar um quilômetro, apresentou um aumento de 2,2% frente ao ano de 2016. Em 2016, o yield, apresentou um aumento de 8,0% frente ao ano de 2015. Em 2015, apresentou uma queda de 5,9% frente ao ano de 2014. Apuramos em 2015 um aumento de 11,1% na comparação anual, devido a novos trechos internacionais e à cobrança da tarifa de conexão de passageiros (totalmente implementada a partir de julho de 2013) em todos os aeroportos que a GOL opera no Brasil.

Taxa de câmbio: O risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade de variação desfavorável das moedas estrangeiras às quais o passivo ou o nosso fluxo de caixa estão expostos. A exposição dos nossos itens patrimoniais ao risco de moeda estrangeira decorre principalmente de arrendamentos e financiamentos em moeda estrangeira.

Em 2017, cerca de 43,8% dos nossos custos operacionais (combustível, arrendamento de aeronaves, manutenção e revisão de aeronaves e seguro de aeronaves) e cerca de 84,3% do nosso endividamento estavam denominados em moeda estrangeira sujeita a variação cambial. O resultado operacional sofreu um impacto negativo no que tange variação cambial por conta da desvalorização do dólar americano ante o Real de 8,5%. Já o resultado financeiro líquido registrou R\$918,8 milhões negativos, frente aos R\$664,9 milhões positivos em 2016. Em 2016, a GOL contabilizou ganhos com variação cambial de R\$1,4 bilhão, enquanto que em 2017 foram contabilizadas perdas com variação cambial de R\$81,7 milhões.

Em 2016, cerca de 47,2% dos nossos custos operacionais (combustível, arrendamento de aeronaves, manutenção e revisão de aeronaves e seguro de aeronaves) e cerca de 83,3% do nosso endividamento estavam denominados em moeda estrangeira sujeita a variação cambial. O resultado operacional sofreu um impacto positivo no que tange variação cambial por conta da depreciação do Real frente ao dólar médio do período em 4,7%. Já o resultado financeiro foi positivamente impactado pelas receitas financeiras líquidas de R\$664,9 milhões, uma melhora significativa comparativamente a despesas financeiras líquidas de R\$3.263,3 milhões em 2015. A variação na comparação anual deve-se, principalmente, pela apreciação do Real frente ao dólar.

Em 2015, cerca de 50% dos nossos custos operacionais (combustível, arrendamento de aeronaves, manutenção e revisão de aeronaves e seguro de aeronaves) e cerca de 80% do nosso endividamento estavam denominados em moeda estrangeira sujeita a variação cambial. O resultado operacional sofreu um impacto negativo no que tange variação cambial por conta da depreciação do Real frente ao dólar médio do período em 41%. Já o resultado financeiro foi negativamente impactado pela despesa com variação cambial de R\$2.267,0 milhões em função da depreciação do Real frente ao dólar final de período.

As nossas receitas são predominantemente geradas em Reais, exceto uma pequena parte em Dólares, Pesos argentinos, Bolivianos da Bolívia, Pesos do Chile, Guaranis do Paraguai, Pesos uruguaios, entre outros.

Taxa de juros: O nosso resultado está exposto às flutuações nas taxas de juros domésticas e internacionais, substancialmente ao CDI e Libor, respectivamente. A maior exposição está nas despesas de arrendamento operacional,

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

indexadas pela Libor e nas dívidas locais. Em 2017, 2016 e 2015 nossas aeronaves sob arrendamento operacional totalizaram 88, 96 e 98, respectivamente. Já o endividamento local nos mesmos períodos representavam cerca de 16%, 17% e 14% do nosso endividamento total, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica

c. Eventos ou operações não usuais

Em 4 de setembro de 2015, o Conselho de Administração deliberou o aumento do capital no montante de R\$461,3 milhões, mediante a emissão de 64.065.611 ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal no valor de R\$7,20 por ação em favor dos acionistas Delta Airlines e Fundo Volluto.

Em 23 de março de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o desdobramento das ações ordinárias na proporção de 1 (uma) para 35 (trinta e cinco) ações, sem alterações na proporção da composição acionária. O Fundo de Investimento em Participações Volluto é o acionista controlador da Companhia com participações igualitárias de Constantino de Oliveira Júnior, Henrique Constantino, Joaquim Constantino Neto e Ricardo Constantino. O Fundo de Investimento em Participações Volluto detém 100% das nossas ações ordinárias, 21,16% das nossas ações preferenciais e 61,22% do nosso capital social total. Ao final de 2015, tínhamos 28,2% de nossas ações em circulação.

Foram encerradas no dia 1º de julho de 2016, as Ofertas de Permuta privada (as "Ofertas de Permuta"), para todas e quaisquer de suas Notes Seniores sem garantia em circulação (as "Notes Antigas"). O resultado das Ofertas de Permuta reduziram a dívida total da GOL em US\$ 101,2 milhões (R\$ 326,9 milhões), com um uso de caixa de US\$ 13,9 milhões, e possibilitou uma economia com despesa anual de juros para a GOL de US\$ 9,3 milhões.

Em 1º de julho de 2017, com o objetivo de otimizar e simplificar a estrutura organizacional do Grupo GOL, proporcionando economia tributária decorrente do aproveitamento de saldos acumulados de prejuízos fiscais, foi aprovada a reorganização societária por meio da incorporação da Smiles S.A. pela Smiles Fidelidade S.A. ("Incorporação"). Como consequência da Incorporação, a Smiles S.A. foi extinta, com a sucessão de todos os seus bens, direitos e obrigações pela Smiles Fidelidade S.A., nos termos dos artigos 224, 225, 227 e 264 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 22 de Dezembro de 2017, a Companhia anunciou aos seus acionistas e ao mercado em geral que recebeu correspondência de seu acionista controlador, o Fundo de Investimento em Participações Volluto ("FIP Volluto"), na qual informa que converteu 2.171.354.430 ações ordinárias em ações preferenciais de emissão da Companhia, passando a deter, 130.953.776 ações preferenciais de emissão da Companhia, representando 49,25% do total das ações preferenciais de emissão da Companhia. O FIP Volluto possui 61,19% do capital social total da Companhia. A conversão das ações ordinárias em ações preferenciais não altera a participação do FIP Volluto e demais acionistas no capital econômico da Companhia. FIP Volluto informou que a conversão ocorre no contexto da reorganização de seus ativos.

Em 20 de dezembro de 2018, o acionista controlador FIP Volluto, à época detentor de 2.863.682.150 ações ordinárias e 130.953.776 ações preferenciais, realizou reorganização societária envolvendo o MOBI Fundo de Investimento e Ações, que passou a deter a totalidade das 130.953.776 ações preferenciais, anteriormente detidas pelo FIP Volluto, representativas de 37,48% do capital social econômico da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Na elaboração das nossas demonstrações financeiras, adotamos todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis e nem impactos materiais em 2017, 2016 e 2015.

Conforme permitido pela SEC e CVM e visando atender às necessidades de informações dos mercados em que operamos, apresentamos nossas demonstrações financeiras no padrão contábil internacional emitido pelo "International Accounting Standards Board - IASB" em IFRS, bem como nos termos da Legislação Societária Brasileira, simultaneamente, através da instrução CVM 457/07 alterada pela instrução CVM 485/10.

b. Efeitos significativos das alterações de práticas contábeis

Não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis e nem impactos materiais nos exercícios sociais de 2017, 2016 e 2015.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não foi incluindo parágrafo de ênfase no Relatório do auditor independente referente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Principais Políticas Contábeis

Buscamos manter um procedimento de revisão de nossas políticas contábeis e de avaliação da adequação das estimativas necessárias para a produção de nossas demonstrações financeiras consolidadas. Acreditamos que nossas estimativas e julgamentos são razoáveis, no entanto, os resultados efetivos e o tempo de reconhecimento de tais montantes podem diferir das nossas estimativas. Além disso, estimativas normalmente necessitam de ajustes baseados em novas circunstâncias e o recebimento de novas ou melhores informações. Algumas práticas contábeis requerem a utilização de estimativas que refletem julgamentos e incertezas relevantes, levando em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Para uma discussão desta e de outras políticas contábeis, consulte a Nota Explicativa 2.2 às nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Principais estimativas contábeis e premissas utilizadas

O processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia requer, muitas vezes, que a Administração adote premissas, julgamentos e estimativas que podem afetar a aplicação de políticas e montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir das estimativas realizadas, uma vez que abrangem experiências históricas e diversos fatores que se supõem adequados em função das circunstâncias. As revisões de estimativas contábeis são reconhecidas no mesmo exercício em que as premissas são revistas em uma base prospectiva.

As estimativas e premissas que possuem riscos significativos de ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos estão discutidas abaixo:

Recuperabilidade de ativos financeiros: a Companhia avalia se existe algum indicador para perda do valor recuperável de todos seus ativos financeiros a cada data de balanço, ou quando existirem indícios de que os valores contábeis possam não ser recuperados. Quaisquer dificuldades e/ou restrições para a utilização de ativos financeiros pertencentes à Companhia são indicativos para o teste de recuperabilidade.

Recuperabilidade de ativos não financeiros: ao fim de cada exercício, a Companhia analisa se há indicativos de não recuperabilidade para os ativos não financeiros, principalmente imobilizados e intangíveis. Os valores recuperáveis são determinados pelo cálculo de seu valor em uso com base em um período de cinco anos, utilizando premissas de fluxo de caixa descontado. Quaisquer reconsiderações abaixo no valor contábil do ativo devem ser reconhecidas como perda por não recuperabilidade e reconhecidos no resultado do exercício em que ocorreram.

Arrendamentos operacionais e transações de venda e retroarrendamento – Sale-leaseback

As parcelas decorrentes de contratos de arrendamento classificados em modalidade operacional são registradas como despesa no resultado de forma linear durante o prazo do contrato e apresentados na rubrica de “arrendamento de aeronaves”. Os pagamentos futuros de tais contratos não representam uma obrigação registrada no balanço, entretanto, os compromissos assumidos são apresentados nas explicativas às demonstrações financeiras.

Os ganhos ou perdas decorrentes de transações de sale-leaseback da Companhia classificados após a venda como arrendamento operacional são reconhecidos da seguinte forma:

- Imediatamente no resultado do exercício quando a transação foi mensurada ao valor justo;
- Caso o preço de transação for estabelecido abaixo ou acima do valor justo, o lucro ou perda é reconhecido imediatamente no resultado, exceto se o resultado for compensado por pagamentos futuros de arrendamento abaixo do valor de mercado (os ganhos ou perdas são diferidos e amortizados na proporção dos pagamentos do arrendamento durante o exercício que se espera que o ativo seja utilizado); O saldo de perdas diferidas é reconhecido como despesas antecipadas, enquanto o saldo de ganhos diferidos é reconhecido como outras obrigações. A segregação entre curto e longo prazo está de acordo com o período contratual do arrendamento que originou tal transação.

Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, incluindo os componentes rotáveis, são registrados pelo custo de aquisição ou construção e incluem juros e demais encargos financeiros. Cada componente do imobilizado que possui um custo significativo em relação ao total do bem é depreciado separadamente.

O valor de mercado estimado ao final de sua vida útil é a premissa para determinação do valor residual dos itens imobilizados da Companhia. Com exceção de aeronaves com opção de compra ao final dos contratos, os outros itens não possuem valor residual. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados anualmente e ajustados de forma prospectiva, caso necessário.

O valor contábil do imobilizado é analisado para verificar possível perda no valor recuperável quando fatos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil é maior que o valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item são determinados pela diferença entre o valor recebido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Adiantamentos para aquisição de aeronaves: referem-se a pré-pagamentos em dólar norte-americano efetuados junto a Boeing para aquisição de aeronaves 737-800 Next Generation e aeronaves 737-MAX. Os adiantamentos são convertidos pela taxa histórica.

Contratos de arrendamento: em casos de contrato de arrendamento financeiro, nos quais os riscos e benefícios do ativo arrendado são transferidos à Companhia, o ativo é reconhecido no balanço patrimonial. No início do prazo do arrendamento, a Companhia reconhece os arrendamentos financeiros como ativo e passivo pelos valores equivalentes ao valor justo do bem arrendado ou, se menor, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O passivo, reconhecido inicialmente, é mantido como financiamento.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento operacional, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento operacional, dos dois, o menor.

Os demais arrendamentos de aeronaves e motores são classificados sob a modalidade operacional e são reconhecidos como uma despesa no resultado de forma linear durante o prazo do contrato.

Gastos com reconfiguração de aeronaves: A Companhia realiza adições relacionadas às provisões para reconfiguração de aeronaves, estimando os custos inerentes às devoluções, considerando às condições contratuais das aeronaves sob arrendamento operacional. Após o registro inicial, o ativo é depreciado linearmente pelo prazo contratual.

Capitalização de gastos com grandes manutenções de motores, aeronaves e APU's (Auxiliary Power Unit): os gastos com grandes manutenções (que incluem substituições de peças e mão de obra) são capitalizados somente quando há o prolongamento da vida útil estimada do motor ou da aeronave. Tais custos são capitalizados e depreciados até a próxima parada para grande manutenção. Gastos incorridos que não prolonguem a vida útil dos motores, aeronaves ou APU's, ou relacionados a outros componentes das aeronaves, são reconhecidos diretamente no resultado.

Ativos intangíveis (inclui Ágio)

São ativos não monetários sem propriedade física, cujo valor contábil é revisado anualmente quanto ao seu valor recuperável ou, ainda, quando fortes evidências de alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperado.

Ágio por expectativa de rentabilidade futura: o valor do ágio é testado anualmente através da comparação do valor contábil com o valor recuperável da unidade geradora de caixa (GLA e Smiles). A Administração realiza julgamentos e premissas para avaliar o impacto das mudanças macroeconômicas e operacionais, a fim de estimar os fluxos de caixa futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos.

Direitos de operações em aeroportos: foram adquiridos na compra da GLA e da Webjet e reconhecidos a valor justo na data da aquisição e não são amortizados. A vida útil estimada destes direitos foi considerada indefinida devido a diversos fatores e considerações, incluindo requerimentos e autorizações de permissão para operar no Brasil e limitada disponibilidade de direitos de usos nos mais importantes aeroportos em termo de volume de tráfego aéreo. O valor contábil desses direitos é avaliado anualmente, em conjunto à unidade geradora de caixa GLA (malha aérea) quanto a seu valor recuperável ou em casos de mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. Nenhuma perda de valor recuperável foi registrada até a presente data.

Software: Os custos de aquisição ou desenvolvimento de software de computadores que possam ser separados de um item de hardware são capitalizados separadamente e amortizados em base linear pelo período do contrato.

O valor contábil de um intangível é revisado para perda de valor recuperável se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperado.

Ativos e passivos financeiros

A Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros com base nas categorias demonstradas a seguir. A mensuração subsequente de um determinado item depende da classificação do instrumento, que é determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente de acordo com as intenções da Companhia. Os instrumentos consistem em aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar e dívidas, e contratos de derivativos.

Empréstimos e recebíveis: com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo, são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais instrumentos que a Companhia possui nesta categoria são contas a receber, depósitos e outros créditos, empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo (inclusive arrendamentos financeiros) e fornecedores.

Mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mantidos para negociação: os juros, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras. A Companhia possui investimentos classificados como equivalentes de caixa, aplicações financeiras e caixa restrito nesta categoria. A Companhia não possui instrumentos financeiros mantidos para negociação.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Derivativos: variações nas taxas de juros, câmbio e nos preços do combustível de aviação expõem a Companhia e suas controladas a riscos que podem afetar seus desempenhos financeiros. Para mitigar tais riscos, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos que podem ou não ser designados para hedge accounting e, se designados, são classificados como hedge de fluxo de caixa ou como hedge de valor justo.

- Não designados como hedge accounting: a Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos que não sejam designados para hedge accounting quando os objetivos da Gestão de Risco não necessitem de tal classificação. As operações não designadas como hedge accounting apresentam a variação de seu valor justo contabilizadas diretamente no resultado financeiro.

- Designados como hedge de fluxo de caixa: protegem as receitas ou despesas futuras das variações da taxa de juros. A efetividade das variações é estimada com base em métodos estatísticos de correlação e pela proporção entre os ganhos e perdas do hedge e a variação dos custos e despesas protegidos. Os instrumentos são considerados efetivos quando a variação no valor dos derivativos compensa entre 80% e 125% do impacto da variação do risco protegido. As variações efetivas do valor justo são contabilizadas no patrimônio líquido em "Outros resultados abrangentes", até o reconhecimento da receita ou despesa objeto do hedge na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido, e as variações inefetivas, no resultado do exercício conforme variação do valor justo do instrumento em resultado financeiro. Os impostos diferidos sobre as transações de hedge são contabilizadas em "outros resultados abrangentes" líquidos de impostos, somente quando há expectativa de realização dos créditos fiscais.

Desreconhecimento e baixa: a Companhia baixa um item financeiro apenas quando os direitos ou as obrigações contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse item expiram, ou quando transfere substancialmente todos seus riscos e benefícios para um terceiro. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios juntamente com a propriedade do item financeiro, mas continuar a controlar, ou manter a obrigação com tal objeto, deve reconhecer a participação retida e o respectivo passivo pelos valores a pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo.

A contabilização do hedge é descontinuada prospectivamente quando a Companhia e suas controladas (i) cancelam a relação de proteção; (ii) o instrumento derivativo vence ou é vendido, rescindido ou executado, (iii) quando há baixa previsibilidade de realização do objeto de hedge, ou (iv) quando não se qualifica mais como hedge accounting. Caso a operação seja descontinuada, quaisquer ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" e acumulados no patrimônio líquido até aquela data são reconhecidos no resultado quando a transação também for registrada no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

Depósitos

Depósitos para manutenção de aeronaves e motores: referem-se a pagamentos em dólar norte-americano aos arrendadores para futura manutenção de aeronaves e motores. A realização desses ativos acontece, substancialmente, na utilização do depósito para o pagamento à oficina quando a manutenção é realizada ou por meio de recebimentos de recursos financeiros, de acordo com as negociações efetuadas com seus arrendadores. A variação cambial dos pagamentos, líquida de utilização para manutenção é reconhecida como despesa ou receita no resultado financeiro. A Administração efetua análises regulares da recuperação desses depósitos com na base na elegibilidade de aplicação de tais valores em eventos de manutenção futuros e acredita que os valores refletidos no balanço são realizáveis.

Alguns dos contratos preveem que, caso não haja eventos de manutenção com possibilidade de utilização dos depósitos, os valores depositados para esta operação não são reembolsáveis. Tais valores são retidos pelo arrendador e representam pagamentos realizados em função da utilização dos componentes até a data de devolução. Valores enquadrados nesta categoria são reconhecidos diretamente em resultado em função dos pagamentos realizados na rubrica de "Material de manutenção e reparo".

Adicionalmente, a Companhia mantém acordos com alguns arrendadores para substituir depósitos por cartas de crédito, que podem ser executadas pelos arrendadores caso as manutenções das aeronaves e motores não ocorram de acordo com o cronograma de revisão. Vários contratos de arrendamento de aeronaves não requerem depósitos de manutenção, e contam com cartas de crédito para a garantia da execução da manutenção nos períodos programados. Até 31 de dezembro de 2017, nenhuma carta de crédito havia sido executada contra a Companhia.

Depósitos de garantia e cauções de contratos de arrendamento: os depósitos e cauções são denominados em dólar norte-americano e atualizados mensalmente pela variação do câmbio, sem rendimento de juros e são reembolsáveis à Companhia ao término dos contratos de arrendamento.

Reconhecimento de Receita

A receita de passageiros é reconhecida quando o transporte aéreo é efetivamente prestado. Os bilhetes vendidos, mas ainda não utilizados são registrados na rubrica de transportes a executar, representando uma receita diferida de bilhetes vendidos a serem transportados em data futura, líquida dos bilhetes que expirarão de acordo com a expectativa da Companhia (breakage). O breakage consiste no cálculo estatístico, com base histórica, de bilhetes emitidos que expiram pela não utilização, ou seja, passageiros que adquiriram bilhetes e que possuem grande probabilidade de não utilizá-los. Periodicamente a Companhia registra uma atualização dos saldos do breakage com objetivo de refletir o comportamento dos bilhetes expirados

Sob a perspectiva do consolidado o ciclo de reconhecimento de receitas com relação à troca de milhas do programa de milhagem por passagens aéreas apenas se completa quando os passageiros são efetivamente transportados.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Receitas originadas de embarque de cargas são reconhecidas quando o transporte é fornecido. Outras receitas que incluem serviços fretados, serviços de venda a bordo, tarifas de troca de bilhete e outros serviços adicionais são reconhecidos quando o serviço é realizado.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um acontecimento passado, sendo provável a saída de recursos para liquidá-la.

Provisão para devolução de aeronaves: aeronaves com contrato de arrendamento operacional possuem obrigação contratual de devolver o equipamento em capacidade operacional pré-definida. Nestes casos, a Companhia provisiona os custos de devolução, uma vez que se tratam de obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e que irão gerar desembolsos futuros, cuja mensuração é feita com razoável segurança. Estes gastos referem-se basicamente a gastos relacionados com reconfiguração de aeronave (interior e exterior), obtenção de licenças e certificações técnicas, pintura, etc., conforme cláusulas contratuais de devolução. O custo estimado é registrado inicialmente a valor presente e a contrapartida da provisão para devolução de aeronaves é feita na rubrica de "reconfigurações/benfeitorias de aeronaves" do ativo imobilizado. Após o registro inicial, o passivo é atualizado de acordo com a taxa desconto estimada pela Companhia, com contrapartida registrada no resultado financeiro. Eventuais alterações na estimativa de gastos a incorrer são registradas de forma prospectiva.

Provisão para devolução de motores: são estimadas com base nas condições mínimas contratuais em que o equipamento deve ser devolvido para o arrendador, observando os custos históricos incorridos e as condições do equipamento no momento da avaliação. Estas provisões são registradas no resultado do exercício a partir do momento em que os requisitos contratuais são atingidos e a próxima manutenção está prevista para uma data posterior à data prevista para devolução do motor. A Companhia estima a provisão para devolução do motor de acordo com o gasto que deverá incorrer, e, quando o valor pode ser confiavelmente estimado. O valor de uma provisão será o valor presente dos gastos que se espera ser exigido para liquidar a obrigação. O prazo será baseado na data que se espera a devolução da aeronave arrendada, ou seja, o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

Provisão para processos judiciais: As provisões são constituídas e reavaliadas para todos os processos judiciais que representem perdas prováveis de acordo com a avaliação individual de cada processo, considerando o desembolso financeiro estimado. Se a Companhia tem a expectativa de que parte ou toda provisão possa ser certamente reembolsada, o reembolso é reconhecido como um ativo separado. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada no resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Remuneração baseada em ações

Opções de compra de ações: o valor justo das opções de compra de ações concedidas aos executivos é estimado na data da concessão utilizando o modelo de precificação Black-Scholes, e a despesa é reconhecida no resultado do exercício durante o prazo que o direito é adquirido (período de vesting), com base em estimativas de quais ações concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio líquido.

Ações restritas: a transferência das ações restritas aos beneficiários se realiza ao término de 3 anos da data de concessão, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período. Tal transferência se dá através de ações mantidas em tesouraria, cujo valor por ação é determinado pela cotação de mercado na data da transferência ao beneficiário. Ganhos relativos às diferenças do valor justo da ação na data da concessão e o valor na data da transferência das ações restritas são contabilizados no patrimônio líquido na rubrica de "Ágio na conferência de ações".

O impacto de eventual revisão das quantidades de opções ou ações restritas que não serão adquiridas em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido.

Impostos Diferidos

São reconhecidos sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser realizado.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Imposto diferido relacionado a itens registrados diretamente no Patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação de origem no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido e avaliados em conjunto com as demais diferenças temporárias ativas quanto a sua expectativa de realização.

Os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados com base na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros da controladora e de suas controladas, observadas as limitações legais.

As projeções de lucros tributáveis futuros sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são preparadas com base nos planos de negócio e são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia.

Informações por Segmento de Negócio

A Companhia considera que possui dois segmentos operacionais:

Segmento de transporte aéreo: as operações deste têm origem em sua controlada GLA, pela prestação de serviços de transporte aéreo e os principais ativos geradores de receitas são suas aeronaves. As outras receitas são originadas principalmente das operações de cargas, de excessos de bagagem e de multas por cancelamento de tarifas, sendo que todos os itens estão diretamente relacionados a serviços de transporte aéreo.

Segmento de programa de fidelidade: as operações deste segmento são representadas pelas transações de venda de milhas a parceiros aéreos e não aéreos. Neste contexto, estão o gerenciamento do programa, a comercialização e direitos de resgates de prêmios e a criação e gerenciamento de banco de dados de pessoas físicas e jurídicas. O principal ativo gerador de caixa é sua carteira de participantes do programa.

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registradas à taxa de câmbio vigente da data em que as operações ocorrem. Ativos monetários e passivos designados em moeda estrangeira são apurados com base na taxa de câmbio da data do balanço, e qualquer diferença resultante da conversão de moedas é registrada na rubrica de "Variação cambial, líquida" na demonstração de resultado do exercício.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)**

Nenhuma de nossas obrigações de arrendamento operacional está refletida em nosso balanço patrimonial. Em 31 de dezembro de 2017, possuíamos um total de 88 aeronaves reconhecidas como arrendamento operacional. Somos responsáveis por todos os custos de manutenção, seguro e outros custos associados com a operação destas aeronaves. No entanto, não nos comprometemos a pagar qualquer valor residual ou concedemos qualquer outra garantia para nossos arrendadores.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui 120 pedidos firmes junto a Boeing para aquisição de aeronaves. Estes compromissos de compra de aeronaves incluem estimativas para aumentos contratuais dos preços durante a fase de construção. O montante aproximado dos pedidos firmes, não considerando os descontos contratuais, é de R\$45.090,4 milhões (correspondendo a US\$13.630,7 milhões na data do balanço) e estão segregados conforme os exercícios abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
2016	-	-	1.337.753
2017	-	-	-
2018	-	1.787.388	2.141.509
2019	1.117.604	2.917.833	3.495.921
2020	4.538.258	4.471.172	5.357.011
2021 em diante	39.327.520	38.856.036	46.554.279
Total de compromissos assumidos	45.090.382	48.032.429	58.886.473

Em 31 de dezembro de 2017, dos compromissos mencionados acima, a Companhia deverá desembolsar o montante de R\$6.463,6 milhões (correspondendo a US\$1.953,9 milhões na data do balanço) a título de adiantamentos para aquisição de aeronaves, conforme os exercícios abaixo:

	2017	2016	2015
2016	-	-	6.672
2017	-	286.829	343.657
2018	316.215	483.518	579.313
2019	773.268	658.930	789.479
2020	848.003	835.468	1.000.993
Após 2021	4.526.078	4.459.796	4.660.379
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	6.463.564	6.724.541	7.380.493

Os pagamentos futuros dos contratos de arrendamento operacional não canceláveis estão denominados em dólares norte-americanos e em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 essas obrigações estão demonstradas como segue:

	2017	2016	2015
2016	-	-	-
2017	-	857.747	1.270.280
2018	858.508	839.343	1.127.820
2019	928.226	889.940	1.001.212
2020	888.944	873.692	904.590
Após 2021	2.629.036	2.786.003	3.445.126
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	5.304.714	6.246.725	7.749.032

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Item não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

Com referência aos compromissos com arrendamentos operacionais de aeronaves citados no item 10.8 deste formulário, o quadro representa o cenário atual, considerando 88 aeronaves sob regime de arrendamento operacional em nossa frota. Tais obrigações não são contabilizadas em nosso balanço patrimonial, mas representam obrigações financeiras relevantes para o nosso negócio. Os desembolsos desses montantes estão denominados em dólares norte-americanos, além de possuírem em seus contratos cláusulas de reajuste desses compromissos a taxa internacional de juros (Libor). Dessa forma, estamos expostos a riscos de mercado referente ao câmbio e taxa de juros, que podem impactar nossos resultados financeiros e operacionais.

Esses arrendamentos operacionais fazem parte da nossa estratégia de mix da frota (combinação entre aeronaves sob regime de arrendamento financeiro e operacional).

Possuímos 120 pedidos firmes junto a Boeing para aquisição de aeronaves. O montante aproximado dos pedidos firmes, não considerando os descontos contratuais, é de R\$45.090,4 milhões (correspondendo a US\$13.630,7 milhões na data do balanço). Possuímos compromissos no montante de R\$6.463,6 milhões (correspondendo a US\$1.953,9 milhões na data do balanço) a título de adiantamentos para aquisição de aeronaves.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Nossos planos de crescimento contemplam operar 121 aeronaves até o final de 2018, alinhado a estratégia de gerenciamento e flexibilidade da oferta no mercado doméstico. Em outubro/2012, a Companhia anunciou uma ordem de compra incremental de 60 aeronaves 737 MAX com a Boeing, uma evolução do atual equipamento utilizado, que serão entregues a partir de 2018. Os novos aviões serão utilizados, principalmente, para a renovação de frota no futuro.

Em 31 de dezembro de 2017, possuíamos com a Boeing 120 pedidos firmes para aquisição de aeronaves. O montante aproximado dos pedidos firmes, não considerando os descontos contratuais, é de R\$45.090,4 milhões (correspondendo a US\$13.630,7 milhões na data do balanço). Os compromissos de compra de aeronaves incluem estimativas para aumentos contratuais dos preços durante a fase de construção.

Em 31 de dezembro de 2017, o total de compromissos de compra de aeronaves representava o montante de R\$6.463,6 milhões.

	2018	2019	2020	2021 em diante	Total
Adiantamentos para aquisição de aeronaves	-	1.117.604	4.538.258	39.327.520	45.090.382
Compromissos de compra de aeronaves	316.215	773.268	848.003	4.526.078	6.463.564
Total	316.215	1.890.872	5.386.261	43.853.598	51.553.946

Não houve nos exercícios de 2015 a 2017 desinvestimentos de capital relevantes. Também não ocorreu, em 2017, nenhum investimento relacionado à participação em outras sociedades.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Nossa estratégia é depender principalmente de fluxos de caixa das operações para obter capital de giro para as operações correntes e futuras. Nossos fluxos de caixa operacionais são afetados pela exigência de alguns contratos de arrendamento operacional de aeronaves, que estabelecem contas de reserva de depósito de manutenção para nossa aeronave, com fundos em níveis específicos. Os fundos serão retirados das contas de reserva de manutenção para o reembolso de certos gastos de manutenção estrutural incorridos. Acreditamos que os valores já depositados, e a serem depositados, adicionados de nossos próprios recursos de caixa, sejam suficientes para cobrir nossos custos futuros com aeronaves e manutenção, pela duração dos respectivos arrendamentos operacionais.

Quando necessário, obtemos empréstimos para financiar nossos investimentos, os quais são garantidos por nossos recebíveis, para financiar o ciclo venda-recebimento. Temos um forte balanço patrimonial, em especial nosso "liquidez total" (caixa, aplicações financeiras, e caixa restrito de curto e longo prazo e contas a receber), que representaram 30,1% de nossas receitas operacionais em 2017. Também estamos comprometidos em não ter dívidas financeiras significativas com vencimento no horizonte dos próximos dois anos.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não tivemos desinvestimentos durante os exercícios de 2017, 2016 e 2015.

b. aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Durante o ano de 2017, devolvemos 11 aeronaves em contrato de arrendamento operacional. Tivemos também a alteração da modalidade de leaseing para 3 aeronaves que passaram de leasing financeiro para operacional. Durante o ano de 2016, recebemos 1 aeronave em contrato de arrendamento operacional. Também realizamos um alto volume de negociações nos contratos vigentes, sendo que reduzimos nossa frota com a retirada de 19 aeronaves. Em 31 de dezembro de 2015, aumentamos nossa frota em 3 aeronaves, sendo 9 recebimentos e 6 devoluções.

Em 1 de julho de 2017 foi aprovada a incorporação da Smiles pela Smiles Fidelidade S.A. (atual denominação da Webjet Participações S.A., doravante denominada "Smiles Fidelidade", e em conjunto com a Smiles, as "Companhias") ("Incorporação"), em Assembleia Geral Extraordinária da Smiles Fidelidade, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado entre as administrações das Companhias em 6 de junho de 2017. Como consequência da aprovação da Incorporação, a Smiles foi extinta, com a sucessão de todos os seus bens, direitos e obrigações pela Smiles Fidelidade, nos termos dos artigos 224, 225, 227 e 264 da Lei das Sociedades por Ações.

c. Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Rotas e Horários

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Realizamos um trabalho de otimização de nossas rotas domésticas, e estudamos oportunidades de crescimento em termos do número de voos e destinos internacionais, em especial na América Latina.

Nosso modelo operacional constitui em uma malha altamente integrada com múltiplas escalas, que é diferente do modelo "ponto-a-ponto" utilizado por outras companhias aéreas de baixo custo internacionalmente. O alto nível de integração de voos em determinados aeroportos nos permite oferecer voos frequentes, sem escalas e com tarifas competitivas entre os principais centros econômicos do Brasil, além de amplas conexões ao longo de nossa rede, ligando pares de cidades por meio de uma combinação de dois ou mais voos com pouco tempo de escala ou conexão. Adicionalmente, nossa rede nos permite aumentar nossas taxas de ocupação em nossas rotas de pares de cidades principais, através da utilização de aeroportos nestas cidades para permitir que nossos passageiros façam as conexões necessárias para alcançar seus destinos finais. Esta estratégia aumenta nossa taxa de ocupação, atraindo passageiros viajando para destinos secundários, os quais preferem pagar tarifas menores mesmo que isso signifique fazer uma ou mais escalas antes de chegar ao seu destino final.

Aproximadamente 40% de nossos passageiros fazem conexão ou passam por um ou mais destinos antes de chegar ao destino final. Nosso modelo operacional nos possibilita estruturar nossas rotas para incluir destinos que não seriam possíveis de ser atendidos isoladamente no modelo tradicional "ponto-a-ponto", mas que se tornam possíveis de ser atendidos quando simplesmente incluídos como pontos adicionais em uma malha aérea interligada como a nossa. Fazemos isso oferecendo voos com baixa tarifa em horários noturnos, com permanência mínima, ou durante a madrugada, para destinos de menor tráfego, que podem ser as primeiras ou últimas escalas em nossas rotas, permitindo o aumento da utilização de nossas aeronaves e a geração de receita adicional. Com a oferta de voos internacionais para destinos na América do Sul e Caribe e com escalas integradas em nossa rede, criamos oportunidades de tráfego incremental, alimentando nossa rede e aumentando nossa taxa de ocupação geral e nossas vantagens competitivas e sustentando nossa estratégia de expandir nossa rede e estimulando a demanda pelos nossos serviços.

A Companhia oferece cerca de 700 voos diários para 64 destinos, sendo 11 internacionais na América do Sul e Caribe.

Receitas Auxiliares

Estamos constantemente avaliando oportunidades para gerar receitas auxiliares adicionais, tais como venda de seguro de viagem, atividades realizadas pelo departamento de marketing da Companhia e outros serviços que possam nos ajudar a tirar melhor proveito do grande número de passageiros em nossos voos e do grande volume de clientes que usam nosso site de Internet. Acreditamos que a integração dos produtos relacionados a viagens a nossa plataforma de e-commerce seja essencial para aumentar mais rapidamente nossas receitas auxiliares. Planejamos oferecer aos nossos clientes conforto e conveniência melhorando nossa plataforma atual de e-commerce e tornando-a um portal totalmente integrado, que fornece uma grande variedade de produtos integrados relacionados a viagens cobrados em uma única fatura. Em dezembro de 2013, reformulamos nosso website, visando tornar o processo de compra ainda mais ágil e fácil, permitindo que o cliente filtre sua busca por preço, consulte o status do voo e cadastre seus acompanhantes mais frequentes como favoritos. Clientes que efetuarem compra com antecedência menor que 7 dias também terão o check-in realizado automaticamente. Adicionalmente, planejamos integrar as plataformas Smiles e Gollog a nosso portal de venda de passagens aéreas, a fim de propiciar conveniência e simplicidade a nossos clientes.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há outros itens não evidenciados nessa seção que influenciaram de maneira relevante o nosso desempenho operacional.